

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	13
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	14

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	15
10.2 - Resultado operacional e financeiro	40
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	43
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	44
10.5 - Políticas contábeis críticas	47
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	56
10.8 - Plano de Negócios	57
10.9 - Outros fatores com influência relevante	59

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrição – Gerenciamento de Riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Exceto pelos riscos relacionados as variações de preços de combustível de aviação, moedas estrangeiras e taxas de juros, abrangidos pela Política de Riscos de Mercado, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos para aqueles mencionados no item 4.1, no entanto entende que as práticas e os controles internos por ela adotados para gerenciamento de riscos são eficientes e adequados.

A Companhia possui uma estrutura para gestão de riscos corporativos consistente e alinhada com as melhores práticas de Governança, que abrange uma equipe dedicada ao tema – Diretoria de Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos, bem como metodologia e processos específicos para a identificação e qualificação de riscos, definição de medidas de prevenção, tratamento, mitigação, monitoramento e reporte. O mapa de riscos da Companhia contempla aspectos, como: estratégico, financeiro, operacional, tecnológico, regulamentar/*compliance*, entre outros. Em 2020 a categoria de risco “Pandemia” foi incluída no mapa e os riscos associados foram monitorados e reportados para toda a Diretoria e membros da Administração.

Embora ainda não tenha uma política de gerenciamento de riscos formalizada, a Companhia conta com outras políticas que contribuem para essa abordagem. Dentre estas, destacamos:

- 1) Políticas Contábeis e de Auditoria. A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”), responsável pelas Políticas Contábeis e de Auditoria da Companhia. Tais políticas objetivam, entre outros, a revisão dos processos de controle da Companhia, a avaliação da eficácia dos controles internos e o acompanhamento das questões relacionadas aos riscos corporativos e *compliance* da Companhia.
- 2) Políticas da Segurança da Informação. Com o objetivo de proteger, zelar e garantir as informações de sua propriedade ou sob sua custódia, a Companhia possuiu uma Política da Segurança da Informação, elaborada pelo Departamento de Segurança da Informação e aprovada pelo Diretor Presidente da Companhia. Essa política busca assegurar a integridade e a segurança das informações corporativas para suporte à tomada de decisão e operação dos processos de negócios, buscando a melhor relação entre inovação, custo e eficácia operacional, através de soluções de sistemas. Essa política consiste em um conjunto formal de regras que devem ser seguidas pelos usuários dos recursos da Companhia.
- 3) Políticas de Ética e Conduta. A Companhia possui um Código de Ética e um Manual de Conduta que servem como guias práticos de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores descritos nesses normativos, que refletem um padrão comportamental irrepreensível. Adicionalmente, a Companhia possui Diretrizes de Conduta para Terceiros na relação com a GOL, as quais devem ser aceitas por todos os fornecedores no momento do seu cadastro.
- 4) Política de Gestão de Caixa. A Companhia possui um Comitê de Política Financeira que é um órgão de apoio ao Conselho de Administração, com reuniões trimestrais, que detém as seguintes funções e responsabilidades: (a) revisar e adotar medidas de gestão de caixa da Companhia, deliberando sobre medidas realizadas no último período e estratégias para o curto e longo prazo (b) avaliar a efetividade de todas as medidas constantes do item (a) e recomendar alterações quando necessário; (c) analisar o plano de investimentos, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; (d) analisar o impacto do endividamento atual da companhia e estratégia de estrutura de capital e suas consequências nos resultados da Companhia, bem como recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração; (e) estabelecer parâmetros para manutenção da estrutura de capital e liquidez desejadas, além de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

monitorar sua aplicação e aprovar as novas estruturas de captação e/ou investimento a serem executados no trimestre subsequente; e (f) aprovar alterações da Política de Gestão de Caixa.

- 5) Política de Riscos de Mercado. A Companhia possui um Comitê de Políticas de Riscos que é um órgão de apoio ao Conselho de Administração, com as seguintes funções e responsabilidades: (a) elaborar e aprovar alterações na política existente de riscos de mercado, bem como acompanhar e analisar a sua implementação, quando aplicável; (b) analisar periodicamente os impactos dos ativos, especialmente no que corresponde a variações dos preços de combustível de aviação, moedas estrangeiras e taxas de juros, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; e (c) aprovar estratégia de mitigação dos riscos de mercado através de instrumentos de derivativos com a finalidade de proteção à exposição aos riscos citados no item (i) abaixo.

i. os riscos para os quais se busca proteção

- Taxa de câmbio de moedas estrangeiras;
- Preço do combustível de aviação;
- Taxa de juros que servem de indexadores para contratos financeiros.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Conforme a Política de Riscos de Mercado utiliza-se instrumentos de derivativos exclusivamente para proteção à exposição dos riscos citados no item (i) acima. Não é permitido realizar operações de caráter especulativo.

- Os instrumentos derivativos deverão ser listados em bolsas de mercadorias e/ou futuros, brasileiras ou internacionais, ou negociados no mercado balcão com contrapartes aprovadas pela Política da Companhia;
- Os derivativos negociados no ambiente balcão deverão ser contratados por cotação competitiva entre pelo menos 3 (três) contrapartes;
- Todos os instrumentos deverão ter preços transparentes em mercados públicos ou computáveis por modelos de conhecimento público;
- Aprovado um novo instrumento derivativo pelo Comitê de Riscos, este passará automaticamente a integrar a “Lista de Instrumentos Derivativos Aprovados para Hedge”;
- Um fator de risco só pode ser *hedgado* com um instrumento derivativo que tenha objeto diferente do fator se um estudo de efetividade demonstrar a correlação entre ambos.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

- 6) Política de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa. A Companhia possui um Comitê de Governança Corporativa e Pessoas, responsável por (a) assegurar as melhores práticas de Governança Corporativa e coordenar o processo de implementação de tais práticas; (b) indicar possíveis candidatos ao Conselho de Administração, recomendar ao Conselho parâmetros para compensação dos executivos e planos de sucessão e revisar políticas de compensação para o corpo de funcionários; (c) zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Administração e pelo relacionamento deste com a Diretoria e com os acionistas; (d) revisar periodicamente e recomendar as alterações necessárias nas práticas de Governança Corporativa adotadas pela Companhia; (e) revisar periodicamente o Código de Ética da Companhia, assim como outros documentos relacionados à Governança Corporativa; (f) manter o Conselho de Administração informado e atualizado acerca das regulamentações e recomendações praticadas no mercado; (g) elaborar perfis para os cargos do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (h) apresentar, entrevistar e indicar, permanentemente, candidatos aos cargos do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; e (i) conferir, aprovar e acompanhar a implementação, certificação e manutenção dos requisitos estabelecidos pela Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, assim como todos os requisitos exigidos pela legislação brasileira de direito societário e de mercado de capitais, bem como dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários; (j) criar e revisar periodicamente a Política de contratação da Companhia

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

com suas partes relacionadas; (k) revisar periodicamente e recomendar as políticas de gestão dos recursos humanos para o Conselho de Administração, acompanhando o desenvolvimento e seus principais indicadores; (l) avaliar e recomendar investimentos no desenvolvimento de retenções de talentos e processos sucessórios na Companhia; (m) acompanhar e validar as pesquisas de clima organizacional e remuneração comparativa do mercado; (n) revisar e recomendar os programas de desenvolvimento de pessoas; (o) acompanhar e validar o programa de avaliação de desempenho individual dos colaboradores; (p) revisar e recomendar ao Conselho de Administração o salário, bônus, opções para compra de ações, políticas de remuneração e outros eventuais benefícios para os colaboradores da Companhia e verificar se estão de acordo com o mercado e com o desempenho dos colaboradores; (q) revisar periodicamente e avaliar as mudanças no programa de outorga de opções da Companhia e fazer recomendações ao Conselho de Administração; e (r) revisar o Plano de Metas e resultados da Companhia.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo das políticas adotadas pela Companhia é o de fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Riscos inerentes à Companhia, ao cenário macroeconômico e setorial, bem como relacionados a questões de segurança e integridade da informação, a novas leis e regulamentações, aumentos de tributos incidentes e de *compliance*, surgem no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com suas políticas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

As políticas adotadas pela Companhia para mitigação de riscos são implementadas por meio dos seguintes instrumentos:

Áreas de Auditoria Interna, Riscos Corporativos, Compliance e Controles Internos. A Companhia realiza auditorias internas, supervisionadas por seu Comitê de Auditoria Estatutário, tendo como objetivo, dentre outros, (i) revisar os processos de controle da Companhia, identificando e apontando para o Conselho de Administração os assuntos críticos, riscos financeiros e regulatórios identificáveis; (ii) avaliar os sistemas de alerta prévia para riscos efetivos e potenciais; (iii) avaliar, por meio de testes, a eficácia dos controles internos da Companhia e recomendar mudanças, caso necessário; e (iv) acompanhar as questões de *compliance* da Companhia. Dessa forma, as auditorias visam detectar e remediar riscos em potencial ou irregularidades já ocorridas.

A Diretoria de Riscos Corporativos, Compliance e Controles Internos tem como objetivo ampliar e fortalecer a governança da Companhia sob estes aspectos. A área de Controles Internos continua atuando como apoio aos *Process Owners* na identificação, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos transacionais, incluindo o desenho e a implementação de controles que visam minimizar a exposição aos riscos identificados.

Segurança da Informação: Tendo em vista que a informação é um dos principais ativos de competitividade da Companhia, esta possui uma Política de Segurança da Informação rigorosa, objetivando a confidencialidade em relação aos negócios, clientes, concorrentes, colaboradores, fornecedores e parceiros da Companhia. Por meio de um conjunto de regras formais, todos os colaboradores da Companhia são orientados a manter qualquer informação como sigilosa e confidencial, conforme Código de Ética da Companhia.

Ademais, todos os colaboradores devem estar sempre atualizados em relação às respectivas políticas bem como seus procedimentos, buscando orientações de seu gestor ou da área de Segurança da Informação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações. Os ambientes e sistemas são monitorados, de forma a garantir a adequada utilização, uso e/ou descarte de informações.

Relacionamento com Terceiros: A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, os fornecedores e parceiros considerados de risco passam por uma *due diligence* anticorrupção prévia e todos os fornecedores são obrigados a aceitar as Diretrizes de Conduta para Terceiros na Relação com a GOL. A Companhia também evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética, os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber propinas, pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios bem como presentes que ultrapassem o valor estabelecido na respectiva política de brindes, presentes e hospitalidades.

Relacionamento com os Órgãos Públicos: A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo, respeitando as prescrições morais de forma transparente, sendo que os órgãos governamentais recebem tratamento profissional e isento. Dessa forma, conforme estabelecido na Política Anticorrupção da Companhia, todos os colaboradores da Companhia são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; e (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais. Adicionalmente, a Companhia possui uma política de interações com agentes públicos, que estabelece as diretrizes a serem observadas no que se refere a comunicações e reuniões presenciais de todos colaboradores com Agentes Públicos.

Canal de Ética: A Companhia possui um Canal de Ética, tanto on-line quanto telefônico, destinado ao relato de violações ao Código de Ética, bem como ao envio de críticas e sugestões para melhoria do Programa de *Compliance* da Companhia. As denúncias deste canal são recepcionadas por uma empresa externa e independente, que garante a integridade e sigilo absoluto dos relatos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado e já exposto nos itens acima, a Companhia adota uma estrutura organizacional integrada entre diferentes órgãos da Administração e Comitês da Companhia, que gerenciam e monitoram seus riscos de acordo com seus valores, princípios e diretrizes.

O Comitê de Ética, vinculado diretamente ao Presidente da Companhia, é composto por representantes das áreas de Gente e Cultura, Jurídico, Auditoria Interna e Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos. Este Comitê é responsável por assumir e avaliar casos de violação do Código de Ética, resolver dúvidas e dilemas éticos, debater sobre dúvidas de interpretação do texto, estimular o comprometimento dos colaboradores com o Código de Ética e promover palestras e eventos de conscientização, envolvendo toda a empresa.

O Comitê de Auditoria Estatutário fica a cargo de monitorar e gerenciar as Políticas Contábeis e de Auditoria. Sendo assim, tal comitê é responsável por monitorar algumas das seguintes atividades: (i) revisar os processos de controle da Companhia, identificando e apontando para o Conselho de Administração os assuntos críticos, riscos financeiros e regulatórios identificáveis; (ii) avaliar os sistemas de alerta prévio para riscos efetivos e potenciais; (iii) avaliar a eficácia dos controles internos da Companhia e recomendar mudanças, caso necessário; (iv) acompanhar as questões de *compliance* da Companhia; (v) assistir o Conselho de Administração em assuntos relativos à Contabilidade, Controles Internos, Reportes Financeiros, de Auditoria e *Compliance*; e (vi) elaborar e aprovar as políticas de risco da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua implementação na Companhia, quando aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Já a Diretoria de Tecnologia da Informação, tem como missão assegurar a integridade e a segurança das informações corporativas para suporte à tomada de decisão e a operação dos processos de negócio, buscando a melhor relação entre inovação, custo e eficácia operacional, através de soluções de sistemas. Sua estrutura organizacional atende as áreas de negócios da Companhia e o suporte a infraestrutura da tecnologia da informação. As práticas adotadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação estão alinhadas com o *framework* internacional de TI adotado – o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

O Comitê de Políticas de Risco é composto por até 4 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que ocupem ou não outro cargo na administração da Companhia (Diretoria ou Conselho de Administração), os quais serão eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. O Comitê de Políticas de Risco se reúne ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Secretário, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do referido Comitê.

O Comitê de Política Financeira é composto por 5 (cinco) membros fixos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo estes (i) o Diretor Presidente da Companhia, (ii) 3 (três) membros do Conselho de Administração da Companhia, e (iii) o Diretor Vice-Presidente Financeiro (CFO) da Companhia, os quais serão eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. O Comitê de Política Financeira se reuni ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Secretário, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do referido Comitê.

O Comitê de Governança Corporativa e Políticas de Gestão de Pessoas é composto por 6 (seis) integrantes eleitos pelo Conselho de Administração, sendo ao menos, como membros efetivos, o Presidente do Conselho de Administração e dois Conselheiros e, como membros técnicos especiais, 2 especialistas externos e, eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição.

O Subcomitê de Políticas Contábeis, Tributárias e de Demonstrações Financeiras realiza revisões periódicas, avalia e monitora as nossas políticas e demonstrações contábeis e faz observações e recomendações sobre essas questões ao Conselho de Administração. O Subcomitê se reúne trimestralmente e é composto por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo estes: o Diretor Vice-Presidente Financeiro da Companhia ou um Diretor com função equivalente e 2 (dois) especialistas externos, como membros técnicos especiais, para mandato de 1 (um) ano, com direito à reeleição.

c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A verificação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e controles é feita por meio do reporte ao Comitê de Controles Internos e ao Comitê de Auditoria Estatutário, cuja missão é assegurar conjuntamente a integridade, adequação e a eficácia dos controles internos. O Comitê de Ética também avalia regularmente a aplicabilidade do Código de Ética e Conduta da Companhia a fim de aprimorá-lo caso identifique novos riscos atrelados às atividades desenvolvidas por seus colaboradores.

Adicionalmente, é importante ressaltar que os trabalhos nas mais diversas áreas da Companhia passam por testes para avaliação dos controles internos. Como resultado, as questões relevantes são discutidas e validadas com as áreas responsáveis, com o posterior registro em relatório e reporte independente à Presidência, Vice-presidências e Diretoria Executiva. A depender da gravidade do assunto, algumas questões são oportunamente apresentadas ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração para a tomada de decisões.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Políticas de gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Risco de Mercado com análise de 3 livros para mitigação da exposição de riscos de: (1) variações de preço do combustível de aviação; (2) variações da cotação de moeda estrangeira, principalmente o dólar americano (USD); e (3) variações de níveis das taxas de juros internacionais.

Essa política visa o gerenciamento dos riscos mencionados acima com o seu monitoramento, definição de mecanismos de mitigação do risco e estratégia a ser seguida.

A Política de Gestão de Riscos foi aprovada inicialmente pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2012.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos de Mercado é identificar a origem do risco, monitorá-lo e definir mecanismos de mitigação do risco quanto à exposição nas variações de preços do combustível de aviação, moeda estrangeira e taxas de juros internacionais. A Companhia entende que a gestão destes riscos de mercado é essencial para o êxito em suas atividades.

Como ferramenta de monitoramento, a companhia realiza o Comitê de Política de Risco mensalmente e sempre que identifica necessidade para tratar algum cenário extraordinário entre os períodos dos comitês mensais.

Os detalhes a respeito do funcionamento do Comitê de Política Financeira e do Comitê de Políticas de Risco estão detalhadamente apresentados no item 5.1 (a) deste Formulário.

c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, através da obrigatoriedade do monitoramento e reporte periódico, além do estabelecimento de níveis hierárquicos para a aprovação de eventuais Planos de Mitigação solicitados e aprovados conforme o julgamento do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia acompanhou e monitorou a sua exposição conforme as referidas Políticas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Descrição Dos Controles Internos

A Companhia implementa e monitora os controles internos de modo a fornecer à Administração e aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável por estabelecer e manter controles internos eficazes sobre os relatórios financeiros. Nossos controles internos sobre os relatórios financeiros destinam-se a oferecer garantias razoáveis com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas. Em virtude de suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros não poderá impedir ou detectar declarações inverídicas.

Para a avaliação dos seus controles internos, a Administração utiliza os critérios e diretrizes estabelecidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework*, ou COSO 2013 – Estrutura Integrada, de forma a aprimorar a performance e supervisão organizacional.

Tais critérios exigem uma documentação completa dos processos, políticas, sistemas, riscos e controles inerentes ao tema e uma supervisão, através de testes específicos, da qualidade do seu desempenho e execução. As avaliações são feitas, inicialmente, pelos *process owners* (responsáveis pelos processos), em seguida pela área de Controles Internos e por fim pela área de Auditoria Interna da Companhia. Todas estas avaliações são documentadas e discutidas e os seus resultados, quando não satisfatórios, são tratados através de planos de ações específicos e monitorados tempestivamente pelos executivos e pelos *process owners*, a fim de evitar que erros, em contas que possuem materialidade, possam ferir o conjunto de assertivas realizado pela gestão da Companhia. A área de Controles Internos monitora e reporta para a Administração mensalmente o status dos controles internos da Companhia, incluindo os planos de ação com responsáveis e prazos.

A avaliação sobre os controles internos da Companhia realizada pela Administração apontou a existência de 1 (uma) fraqueza material no ambiente de controles internos, apresentada no item 5.3 (d) abaixo. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas deficiências significativas.

As demais deficiências de controle identificadas foram classificadas como não relevantes e não geraram distorções nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. As medidas já adotadas e a serem adotadas para a correção das deficiências acima descritas estão comentadas no item 5.3 (e). O sistema de controles internos está em constante evolução, acompanhando e atualizando as principais mudanças ocorridas na Companhia.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma área exclusiva para o monitoramento, aprimoramento e atualização dos controles internos, denominada Gerência de Riscos e Controles Internos. Possui também uma estrutura de auditoria interna independente, que realiza testes específicos de controles internos de acordo com o plano de auditoria anual aprovado e acompanhado pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

A Administração designa gerentes e diretores como *process owners*, que atuam na execução, gestão e no funcionamento diário dos controles internos, bem como nos planos de mitigação de deficiências, com o suporte e orientação da Gerência de Riscos e Controles Internos, sempre que necessário.

A Companhia estabelece um Comitê de Controles Internos, composto pelo Presidente, Vice-Presidentes e Diretores de Controladoria, Auditoria Interna, Tecnologia da Informação e Riscos, *Compliance* e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Controles Internos que supervisionam e direcionam ações de mitigação do funcionamento dos controles internos aos *process owners*, com apoio da área de Controles Internos.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia monitora a evolução dos controles internos e o tratamento das deficiências de controle, supervisionando as ações de mitigações, quando aplicável, junto à Administração da Companhia e em conjunto com a Diretoria de Auditoria Interna.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão do grau de eficiência de controles internos da Companhia é de responsabilidade do Comitê de Auditoria Estatutário, onde é feita a supervisão periódica da eficácia dos Controles Internos da Companhia. As áreas de Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos e de Auditoria Interna apoiam os *Process Owners* na identificação, avaliação, comunicação, tratamento e monitoramento dos riscos através de relatórios periódicos. Estes relatórios são monitorados e debatidos com a Administração no Comitê de Controles Internos. Tais relatórios demonstram o funcionamento dos controles internos, informando (i) as deficiências de controle existentes com a identificação do cronograma e status dos planos de ações, risco envolvido no processo e o seu respectivo controle compensatório ou definitivo a ser implantado; (ii) grau das deficiências identificadas, bem como (iii) a mensuração do índice de efetividade nos últimos 12 meses. Além disto, também é realizado o acompanhamento dos planos de ação e destacados processos específicos que demandam ação conjunta dos gestores.

A Administração tem como prática a inclusão no seu programa de metas a eficiência e eficácia de controles internos, como forma de engajamento e aderência à cultura dos controles internos, que é acompanhada e medida pelas áreas de Gestão e Controles Internos, respectivamente. A evolução das metas é periodicamente divulgada para a Administração da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo, a avaliação e a comunicação sobre os controles internos da Companhia conduzidos pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, apontaram no relatório circunstanciado emitido a seguinte fraqueza material no ambiente de controles internos da Companhia:

- 1) Identificou-se uma fraqueza material relacionada ao desenho e execução de controles relevantes nos processos de relatórios financeiros e de negócios e controles gerais de tecnologia da informação (GITC), não atendendo totalmente aos requisitos dos critérios COSO 2013. Essa fraqueza material não resultou em uma distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Não houve identificação de deficiências significativas de controles internos a serem pormenorizadas neste Formulário de Referência.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Em relação a fraqueza material identificada pelo número (1) acima, a Administração da Companhia, durante os primeiros meses de 2021, implementou diversas ações para remediar tais deficiências, entre elas destaca-se:

- 1) revisão da política de concessão de acessos da Companhia;
- 2) workshop com colaboradores responsáveis pela execução de controles relevantes de TI;
- 3) aprimoramento e implementação de controles e protocolos de gestão de acesso (concessão e revisão);
- 4) aprimoramento da documentação referente à integridade de dados (IPE) nos controles de TI; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5) reforço do monitoramento sobre os controles de TI que apresentaram falhas em 2020.

Não foram identificados indícios de fraude ou qualquer distorção nas demonstrações da Companhia em função da deficiência mencionada.

Conforme mencionado anteriormente, não foram detectadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia e, para toda a deficiência reportada classificada como não relevante, foram criados planos de ação que são monitorados constantemente pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A GOL possui um Programa de *Compliance* denominado Rumo Certo – Ética e *Compliance* que consiste num conjunto de mecanismos de integridade gerenciados por um time de especialistas em *Compliance*. Dentre as suas atividades, a área de *Compliance* dedica-se à identificação, prevenção e mitigação de riscos de corrupção e outros riscos de atuação interna em descumprimento aos valores da Companhia. A identificação e as análises dos riscos são feitas por diversos meios como, por exemplo, através de entrevistas e mapeamento junto às áreas da Companhia. Tais análises e mapeamentos são atualizados periodicamente. Adicionalmente, quando necessário, a Companhia conta com o apoio de terceiros para efetuar análises de riscos com foco em corrupção.

No que se refere a políticas e procedimentos, além das diretrizes de seu Código de Ética, a GOL possui políticas voltadas para temas sensíveis para *Compliance*, adaptadas a seus riscos próprios, a exemplo das políticas de Conflito de Interesses, Anticorrupção, Presentes, Brindes e Hospitalidades, Partes Relacionadas e de Interação com Agentes Públicos. De forma a difundir a cultura ética e as diretrizes do Código de Ética, demais políticas e procedimentos, a GOL efetua treinamentos presenciais e on-line, periódicos e obrigatórios, bem como emite diversos materiais de comunicação relacionados a *Compliance* para todos os colaboradores, incluindo a alta administração, que também participa nas comunicações reforçando o comprometimento da Alta Liderança da Companhia.

Existem diversos mecanismos implantados que permitem monitoramento de processos sensíveis como, por exemplo, alertas para avaliação prévia de transações consideradas de risco. A área de *Compliance* também possui um plano anual de teste de processos sensíveis de forma a identificar e mitigar riscos, e aprimorar os controles existentes. Adicionalmente, a área de *Compliance* executa Procedimentos *Due Diligence* anticorrupção, aplicados aos fornecedores de maior risco, aos beneficiários de patrocínios, de apoios sociais, dentre outros parceiros considerados de risco.

Em 2020, a GOL manteve as suas atividades de *compliance* e os seus controles internos funcionando sem interrupções (preservou processos, equipes e orçamento), apesar do cenário desafiador. A Companhia foi capaz também de adaptar os processos de trabalho ao formato de trabalho remoto, sem prejuízo dos resultados.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A GOL atualmente possui as seguintes estruturas e procedimentos, todas formalmente aprovados:

- Canal de Denúncias Independente que se reporta a um Comitê de Ética, que é responsável pelo tratamento de relatos;
- Diretoria Executiva de auditoria interna independente, responsável pela auditoria dos processos internos, incluindo os processos relevantes para o programa de integridade e reportando-se ao CAE;
- Comitê de Auditoria Estatutário (CAE);
- Comitê de Ética, que se reporta ao Presidente Executivo e ao CAE;
- Diretoria Executiva de Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos, responsável pela definição, implantação e gestão do Programa Rumo Certo, com reporte direto ao Presidente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Executivo e acesso independente ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.**

A GOL Possui um Código de Ética que reforça questões relacionadas à ética nos negócios e ao combate à corrupção. Este documento é aplicado a todos os colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês Estatutários, no exercício de suas funções ou atribuições.

O documento é de fácil acesso através da home-page principal, no tópico *Compliance* - <https://www.voegol.com.br/pt/a-gol/compliance>

A GOL possui ainda as Diretrizes de Conduta para Terceiros na GOL, que precisam ser aceitas por todos os fornecedores no ato de cadastro e que estão disponíveis na Portal do Fornecedor da Companhia: https://www.voegol.com.br/pt/a-gol-site/Documents/compliance/GL001820_Cartilha%20Diretrizes%20Fornecedores.pdf

- **se com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.**

Todos os colaboradores e membros da administração são treinados em relação ao Código de Conduta periodicamente.

O Programa Rumo Certo – Ética e *Compliance* conta com uma ampla campanha de comunicação, que visa à divulgação desse conjunto de iniciativas de fomento da cultura de *compliance* por toda a Companhia, bem como das alterações do Código de Ética e das novas políticas internas. Esta campanha inclui, por exemplo, comunicados por e-mail sobre os principais temas das políticas relacionadas a *compliance*, o lançamento de uma página de *Compliance* na website da Companhia disponível a todos colaboradores e terceiros com informações sobre o Programa, uma nova área dedicada ao tema no portal corporativo interno e no aplicativo do Colaborador, bem como outras ações pontuais com mensagens-chave, entre outras iniciativas.

Os temas abordados pelos vídeos incluem: combate à corrupção; cultura de *compliance*; papéis e responsabilidades no âmbito do Programa Rumo Certo, com especial enfoque no papel do gestor; conflito de interesses; relacionamento com órgãos públicos; relacionamento com público interno e externo; entre outras questões. Ao final dos vídeos, é aplicado um questionário para verificar o entendimento dos conteúdos pelos participantes.

Adicionalmente, foram ministradas diversas sessões de treinamento presencial para integrantes de diversos níveis hierárquicos, sobre *Compliance* e principais processos associados.

ampliar a difusão da cultura de *compliance* nas áreas da companhia, foi implantado em 2019 o programa “Embaixadores de *Compliance*” que capacitou colaboradores de diversas áreas da companhia para que, além das suas funções usuais, atuem também como referências de *Compliance* nas suas áreas, comunicando as principais diretrizes, identificando riscos que possibilitem criar planos de mitigação adaptados à realidade da sua área de atuação e gerando maior proximidade junto à área de *Compliance*.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.**

Sim, as sanções estão previstas no Manual de Conduta e incluem: (i) advertência por escrito; (ii) suspensão por 1 (um) dia; (iii) suspensão por 2 (dois) dias; e (iv) demissão.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

Tanto o Código de Ética quanto o manual de conduta tiveram seu conteúdo e forma revisados e aprovados pelo Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia em julho de 2018. O Código de Ética está disponível em: www.eticanagol.com.br e <https://www.voegol.com.br/pt/a-gol/compliance>.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética (www.eticanagol.com.br/ Telefone: 0800 886 00 11) é um meio para manifestar preocupações, dúvidas e sugestões a respeito de comportamentos que possam ferir princípios de atuação, regras, normas e procedimentos da organização. Este canal é externo e independente.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal está aberto a colaboradores e ao público externo.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

É garantida a possibilidade de anonimato e proteção aos denunciantes de boa-fé. Ao finalizar o chamado, é gerado um número de protocolo que permite a consulta do andamento da análise pela GOL.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As análises e apurações de relatos enviados ao Canal de Ética são realizadas por uma equipe interna, especializada em análises comportamentais. Além disso, para garantir a avaliação de casos de violação ao código, esclarecer dúvidas, resolver dilemas éticos e estimular o comprometimento dos colaboradores com uma conduta íntegra, a GOL conta com um Comitê de Ética, formado por executivos da Companhia, incluindo o Diretor de *Compliance*, e outros membros convidados.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Sim, a Companhia possui políticas e procedimentos que demandam a análise prévia de *Compliance*, para os casos de operações de aquisição de empresas, fusões e incorporações, venda de empresas, dentre outras.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Alterações Significativas

Não há outras informações que julgemos relevantes em relação a esta Seção 5.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que julgemos relevantes em relação a esta Seção 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os dados financeiros referidos abaixo são extraídos de nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Essas demonstrações financeiras foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Por fim, as informações incluídas neste item 10 relativas ao nosso setor de atividade, indicadores financeiros do setor, bem como as estimativas a respeito de participações de mercado, foram obtidas por meio de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor. Foram incluídas informações de relatórios elaborados por fontes públicas oficiais, como o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), dentre outras. As informações que constam dessas publicações são extraídas de fontes consideradas confiáveis, mas não podemos garantir a exatidão e a integridade dessas informações. Os referidos levantamentos internos e estimativas não foram objeto de comprovação independente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2020 foi um ano marcado pela pandemia da COVID-19, que se espalhou rapidamente pelo mundo e impactou o ambiente macroeconômico, considerando as incertezas decorrentes de questões de saúde pública, política e economia. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PIB - Produto Interno Bruto retraiu 4,1% no ano em comparação a 2019. A inflação, por sua vez, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulou alta de 4,52% no ano de 2020.

Durante o ano de 2020, somado a este momento de retração da economia nacional, o real brasileiro apresentou forte depreciação frente ao dólar americano, com queda de 28,9% em 31 de dezembro de 2020 no comparativo com 31 de dezembro de 2019. Além disso, a taxa Selic passou por sucessivas reduções, encerrando o ano em 2,0%.

Acreditamos que a nossa liquidez e posição de caixa são fatores essenciais para nosso sucesso. A liquidez total (caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito e contas a receber) totalizava R\$2.576,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$4.273,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$2.980,0 milhões em 31 de dezembro de 2018) e representava ao final de 2020, 40,4% das nossas receitas operacionais líquidas dos últimos doze meses (30,8% em 2019 e 26,1% em 2018).

A Administração mantém esforços contínuos na gestão de caixa de forma a deter recursos suficientes para cumprir as obrigações financeiras nos próximos doze meses, contudo, o cenário permanece desafiador pelas incertezas relacionadas a pandemia, recuperação da economia brasileira e demanda no setor aéreo. A Companhia por meio de seu Comitê Executivo, que conta com a participação de todo seu corpo diretivo, monitora a recuperação da demanda e estabelece estratégias financeiras e operacionais, como também, define como a GOL pode apoiar a sociedade. Dentre as ações para preservação e fortalecimento da posição de caixa e liquidez já tomadas pela administração, destacam-se as seguintes:

- **Arrendamentos de aeronaves e motores:** A Companhia concluiu todas suas renegociações com seus parceiros *lessors* de aeronaves, o que resultou em redução nos fluxos de caixa de arrendamentos atuais e futuros, com a conversão de parte dos pagamentos mensais de fixos para variáveis. Os acordos da GOL estão ajustados à recuperação da demanda em 2021 e, também, representam uma efetiva economia na estrutura de custos unitários da Companhia.
- **Combustíveis:** acordos junto aos fornecedores para prorrogação de pagamentos do saldo em aberto, que foram retomados parceladamente a partir de novembro de 2020 e que permitirão à

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia obter prazo no pagamento das operações subsequentes à medida em que tais parcelas forem liquidadas.

- **Pessoal:** por meio da adesão a MP 936, convertida na Lei nº 14.020/20, a Companhia adotou medidas de redução de cerca de 50% das despesas com folha de pagamento e respectivos encargos, por meio da redução da jornada de trabalho, suspensão de contratos de trabalho, adesões à licença não remunerada (LNR) e promoveu redução salarial de 50% para os colaboradores e de 60% para os diretores que não foram inseridos no escopo da MP 936.

No mês de junho a Companhia celebrou acordos coletivos junto ao Sindicato Nacional dos Aeronautas e os Sindicatos dos Aeroviários. Entre as principais iniciativas dos pacotes de medidas junto aos Sindicatos, destacam-se a redução salarial de até 50% pelo período de 12 meses e planos de adesão voluntária (programa de demissão voluntária, aposentadoria, part-time e licenças não remuneradas). Tais pacotes de medidas entraram em vigor a partir de 1º de julho, com vigência entre 12 e 18 meses, período de recuperação pós-crise, o que possibilita o gerenciamento do crescimento gradual dos custos com a retomada das operações.

Além disso, a GOL realizou o adiamento do pagamento do bônus relativo ao exercício de 2019 e dos abonos de férias, além da não possibilidade da antecipação do 13º salário;

- **Investimentos:** suspensão de todo o investimento não essencial, incluindo a interrupção de pagamentos a título de pre-delivery payments (PDPs) e a redução de 34 ordens de aviões Boeing 737 MAX previstos para 2020-2022 (passando de 129 para 95 recebimentos futuros de aeronaves considerando as ordens de compra da Companhia com a Boeing);
- **Manutenção de motores:** negociações de repactuação com os fornecedores estão sendo feitas constantemente, em linha com as necessidades operacionais da Companhia;
- **Impostos, contribuições e encargos sociais:** postergação de pagamentos de impostos federais em decorrência das medidas promulgadas pelo Governo Federal;
- **Comerciais e publicidade:** suspensão de gastos com propaganda e publicidade, bem como a interrupção imediata de projetos que não sejam absolutamente essenciais para a continuidade de nossas operações;
- **Empréstimos e financiamentos:** A Companhia obteve o suporte de seus principais parceiros de crédito e renegociou alongamentos de prazos e rolagens de suas dívidas conforme nota explicativa 17. Destaque para a postergação das debêntures, juntamente com a obtenção de waiver para os covenants de 2020, e emissão do Senior Notes 2026.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tivemos um EBITDA (que é definido por nós como lucro operacional antes do resultado financeiro juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$918,7 milhões e margem EBITDA de 14,4% em comparação aos R\$ 3.860,7 milhões e margem de 27,8% em 2019 e R\$2.068,5 milhões com margem de 18,1% em 2018. O retrocesso de R\$2.942,0 milhões do EBITDA entre 2020 e 2019 é uma consequência do impacto da pandemia do COVID-19, que afetou significativamente nossas operações, pela recomendação de distanciamento social, as restrições e recomendações de redução de deslocamento e o fechamento de fronteiras para reduzir a disseminação e propagação da doença.

Acreditamos que o EBITDA seja um indicador útil para medir desempenho operacional de companhias aéreas dado que mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação com outras empresas do setor.

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso índice de liquidez corrente, calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante era de 0,31 vezes em comparação com 0,48 vezes em 2019 e 0,46 vezes em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A relação dívida bruta sobre EBITDA atingiu 6,0 vezes em 2020 ante 3,1 vezes em 2019. A dívida bruta é composta por empréstimos e financiamentos e arrendamentos, no que tange a dívida bruta ajustada exclui-se os valores devidos a título de bônus perpétuo, os quais não possuem vencimento.

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a indicadores financeiros nas Debêntures VII e Financiamento garantido. Havia também cláusulas restritivas atreladas a indicadores financeiros no Term Loan, liquidado em 2020.

A seguir, apresentamos um sumário das contas patrimoniais consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Balanco Patrimonial Consolidado (em milhões de reais)	2020	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	662.830	1.645.425	826.187
Aplicações financeiras	628.343	953.762	478.364
Contas a receber	739.699	1.229.530	853.328
Depósitos	2.058.455	1.968.355	1.612.295
Imobilizado	4.960.288	6.058.101	2.818.057
Total de ativos	12.814.136	15.298.446	10.378.266
Empréstimos de curto prazo	2.353.279	2.543.039	1.223.324
Arrendamentos a pagar de curto prazo	1.317.008	1.404.712	255.917
Empréstimos de longo prazo	7.623.687	5.866.802	5.861.143
Arrendamentos a pagar de longo prazo	6.267.184	4.648.068	656.228
Total de passivos	26.581.195	22.403.863	14.883.617
Patrimônio Líquido	(13.767.059)	(7.105.417)	(4.505.351)

Em 31 de dezembro de 2020 nossos ativos imobilizados consolidados totalizavam R\$4.960,3 milhões, composto principalmente por: (i) R\$2.600,1 milhões referentes a 127 aeronaves sem opção de compra ao final do contrato; (ii) R\$1.163,8 milhões referentes à aquisição de peças de reposição (rotáveis) próprias e por contratos de arrendamento – direito de uso; (iii) R\$924,3 milhões de reconfiguração e benfeitorias em aeronaves; (iv) R\$27,1 milhões em ferramentas relacionados a imobilizados aéreos; (v) R\$100,2 milhões de outros imobilizados de uso (veículos, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, obras em andamento e outros); (vi) R\$179,1 milhões referentes principalmente a adiantamentos para aquisição de ativos imobilizados; e (vii) R\$34,3 milhões negativos com perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, nossa frota total estava conforme demonstrado no quadro abaixo:

Frota Total no Final do Período	2020	2019	2018
B737-700 NG	23	24	24
B737-800 NG	97	106	91
MAX 8	7	7	6
Total (Boeing 737)	127	137	121

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves. Em 31 de dezembro de 2020, a frota total era composta por 127 aeronaves, dentre as quais todas eram arrendamentos mercantis sem opção de compra.

Além dos ativos mencionados acima, possuímos ainda concessões de uso de edifícios em aeroportos e hangares no Brasil, dentre os quais uma parte de um hangar no aeroporto de Congonhas, onde realizamos manutenção de aeronaves. Possuímos também um Centro de Manutenção de Aeronave (GOL Aerotech) de última geração na cidade de Confins, Estado de Minas Gerais. A certificação do Centro de Manutenção que possuímos autoriza serviços de manutenção de Boeings 737-300s, Boeings 737-700 e 800 Next

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Generation e das novas aeronaves 737 MAX 8. Utilizamos a nova instalação para realizar manutenção pesada de fuselagem, manutenção preventiva, pintura de aeronaves e reestruturações da configuração interna das aeronaves.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipótese de resgate e (ii) fórmula para cálculo do valor de resgate

Estrutura de Capital

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2020 nosso patrimônio líquido totalizava um déficit de R\$13.767,1 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido registrava um déficit de R\$ 7.105,4 milhões, esta variação é decorrente, principalmente, do prejuízo incorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, fortemente ocasionado pela queda no volume de operações e desvalorização do real, com perda decorrente de variação cambial no montante de R\$3.056,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social era representado por 3.137.706.967 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 274.024.257 ações preferenciais. O Fundo de Investimento em Participações Volluto Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP Volluto") detém 100% das nossas ações ordinárias e o Fundo de Investimento em Ações Mobi ("MOBI FIA") detém 37,6% das nossas ações preferenciais. Ambos os fundos são dos mesmos titulares e, juntos, possuem 51,9% do nosso capital social total.

Em 20 de dezembro de 2018, o acionista controlador FIP Volluto, à época detentor de 2.863.682.150 ações ordinárias e 130.953.776 ações preferenciais, realizou reorganização societária envolvendo o MOBI FIA, que passou a deter a totalidade das 130.953.776 ações preferenciais, anteriormente detidas pelo FIP Volluto, representativas de 37,48% do capital social econômico da Companhia na oportunidade. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social era representado por 3.131.226.450 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 267.543.740 ações preferenciais.

As participações percentuais de cada acionista indicadas na tabela abaixo estão baseadas na quantidade de 2.863.682.710 ações ordinárias e 274.024.257 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2020.

	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
FIP Volluto	2.863.682.150	100,00%	-	0,00%	2.863.682.150	91,27%
Mobi FIA	-	0,00%	102.953.776	37,57%	102.953.776	3,28%
Outros	560	0,00%	3.404.543	1,24%	3.405.103	0,11%
Ações em tesouraria	-	0,00%	1.824.034	0,67%	1.824.034	0,06%
Air France – KLM	-	0,00%	4.246.620	1,55%	4.246.620	0,14%
Mercado	-	0,00%	161.595.284	58,97%	161.595.284	5,15%
Total	2.863.682.710	100,00%	274.024.257	100,00%	3.137.706.967	100,00%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou aumentos de capital em razão da subscrição de ações preferenciais por meio do exercício do plano de opção de ações, em: (i) 30 de abril de 2020, no montante de R\$0,7 milhão, referente ao exercício de 197.109 ações preferenciais; (ii) 30 de julho de 2020 no montante de R\$0,2 milhão referente ao exercício de 29.018 opções de ações preferenciais e (iii) 29 de outubro de 2020, no montante de R\$0,3 milhão referente ao exercício de 116.116 opções de ações preferenciais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia aprovou aumentos de capital em razão da subscrição de ações preferenciais por meio do exercício do plano de opção de ações, em: (i) 27 de fevereiro de 2019, no montante de R\$ 4.589 através da subscrição de 521.528 ações preferenciais; (ii)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

26 de abril de 2019, no montante de R\$ 512 em razão da subscrição de 140.896 ações preferenciais; (iii) 31 de julho de 2019, no montante de R\$ 300 em razão da subscrição de 84.477 ações preferenciais; e (iv) 30 de outubro de 2019, no montante de R\$ 60.165, em razão da subscrição de 5.391.373 ações preferenciais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia aprovou aumentos de capital em razão da subscrição de ações preferenciais por meio do exercício do plano de opção de ações, em: (i) em 11 de Janeiro de 2018 no montante de R\$ 1,5 milhão, referente ao exercício de 161.029 opções de ações preferenciais; (ii) 8 de maio de 2018, no montante de R\$5,8 milhões, referente ao exercício de 498.674 opções de ações preferenciais; (iii) 1 de agosto de 2018, no montante de R\$2,4 milhões referente ao exercício de 331.418 opções de ações preferenciais; (iv) 31 de outubro de 2018 no montante de R\$ 167 mil referente ao exercício de 63.601 opções de ações preferenciais; e (v) 21 de dezembro de 2018 no montante de R\$5,5 milhões referente ao exercício de 589.586 opções de ações preferenciais.

Em 23 de março de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento das ações ordinárias na proporção de 1 (uma) para 35 (trinta e cinco) ações, sem alterações na proporção da composição acionária. O Fundo de Investimento em Participações Volluto é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias de Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2020, o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo somavam R\$ 9.977,0 milhões. O prazo médio de vencimento da dívida de longo prazo da Companhia, excluindo dívidas sem vencimento, foi de 3,3 anos com uma taxa média de 5,48% nas obrigações em Reais e 5,26% nas obrigações em Dólares.

Em 31 de dezembro de 2019, o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo somavam R\$ 8.409,8 milhões. O prazo médio de vencimento da dívida de longo prazo da Companhia, excluindo dívidas sem vencimento, foi de 2.8 anos com uma taxa média de 5,28% nas obrigações em Reais e 6,02% nas obrigações em Dólares.

Em 31 de dezembro de 2018, o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo somavam R\$7.084,5 milhões. O prazo médio de vencimento da dívida de longo prazo da Companhia, excluindo o leasing financeiro e dívida sem vencimento, foi de 3,9 anos com uma taxa média de 7,68% nas obrigações em Reais e 6,79% nas obrigações em Dólares.

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a indicadores financeiros nas Debêntures VII e Financiamento garantido. Havia também cláusulas restritivas atreladas a indicadores financeiros no *Term Loan*, liquidado em 2020.

No âmbito do financiamento garantido, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias específicas no contrato bilateral com a Delta Airlines. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía ações de Smiles e outros ativos colocados em garantia pela GLAI referente a esse contrato que satisfazem as condições contratuais.

Nas Debêntures VII, a obrigatoriedade de mensuração de tais indicadores é semestral, sendo que em 31 de março de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, onde foi deliberada a suspensão dos efeitos do vencimento antecipado automático, tendo em vista a ausência de pagamento do valor nominal unitário das debêntures referente a parcela vencida em 28 de março de 2020. Na referida Assembleia, foi decidida a prorrogação em 10 dias das obrigações de amortização de principal das debêntures.

Em 9 de abril de 2020, na Assembleia Geral de Debenturistas foi decidida a postergação da amortização das debêntures no valor correspondente a R\$148 milhões, originalmente programada para 28 de março de 2020, sendo, portanto, postergada para 28 de março de 2022. Nesta data, também foi concedida a anuência prévia (*waiver*) em relação ao descumprimento dos índices e limites financeiros estabelecidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

relativos ao exercício de 2020, que seriam objeto de medição em 30 de junho e 31 de dezembro de 2020, permanecendo vigentes as demais leituras a partir do exercício de 2021.

Em 25 de setembro de 2020, em Assembleia Geral de Debenturistas foi decidida a postergação da amortização das debêntures no valor corresponde a R\$148 milhões, originalmente programada para ocorrer em 28 de setembro de 2020, sendo, portanto, postergada para 28 de março de 2021.

Estrutura de Capital

A tabela a seguir demonstra a nossa estrutura de capital em termos de participação do capital de terceiros sobre o nosso capital total em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e financiamentos	(9.976.966)	(8.409.841)	(6.443.807)
Total arrendamentos a pagar	(7.584.192)	(6.052.780)	(912.145)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	662.830	1.645.425	826.187
(-) Aplicações financeiras	629.335	953.762	478.364
(-) Caixa restrito	544.607	444.306	822.132
A - Dívida líquida	(15.724.386)	(11.419.128)	(5.229.269)
B – Total do patrimônio líquido negativo	13.767.059	7.105.417	4.505.351
C = (B + A) – Capital total	(1.957.327)	(4.313.711)	(723.918)

- (a) Dívida líquida = dívida total (empréstimos e financiamentos e arrendamentos de curto e longo prazo) menos caixa total (caixa e equivalentes de caixa + caixa restrito + aplicações financeiras);
- (b) Capital total = dívida líquida + patrimônio líquido.

Possibilidade de Resgate de Ações

Informamos que não existe possibilidade de resgate das nossas ações, além das hipóteses legais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Liquidez

Para administrar nossa liquidez, levamos em conta nosso caixa total, assim como saldos de nossas contas a receber. Nossas contas a receber são afetadas pelos prazos de recebimento de nossos recebíveis de cartões de crédito. Nossos clientes podem adquirir passagens efetuando pagamentos parcelados em cartões de crédito, normalmente gerando um intervalo de um a dois meses entre o pagamento de nossos fornecedores e despesas e o efetivo recebimento das receitas de nossos serviços. Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nosso capital de giro, os quais podem ser garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento. Temos uma forte posição de liquidez, composto pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e caixa restrito e contas a receber que ao final de 2020, representava 40,4% de nossas receitas operacionais líquidas dos últimos doze meses.

A tabela abaixo apresenta informações financeiras consolidadas utilizadas em análises de liquidez (em R\$ milhões):

	2020	2019	2018	Var. (20/19) %
Caixa Total ⁽¹⁾	1.836,8	3.043,5	2.126,7	(39,6)%
Recebíveis	739,8	1.229,5	853,3	(39,8)%
Liquidez Total Imediata	2.576,5	4.273,0	2.980,0	(39,7)%

⁽¹⁾ Corresponde à somatória dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito de curto e longo prazo, divulgados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o “caixa total” (caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito de curto e longo prazo) alcançou R\$1.836,8 milhões, compostos de R\$662,8 milhões de saldo de caixa e equivalente de caixa, R\$629,3 milhões em aplicações financeiras de liquidez imediata de curto e longo prazo e R\$544,6 milhões de caixa restrito de curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de adiantamento para aquisição de aeronaves era de R\$68,7 milhões correspondente aos pré-pagamentos efetuados com base no contrato firmado com a Boeing, Ansett Worldwide Aviation Services (“AWAS”) e General Electric Capital Aviation Services (“GECAS”) para aquisição de 95 aeronaves 737-MAX. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de adiantamento para aquisição de aeronaves era de R\$131,8 milhões correspondente aos pré-pagamentos efetuados com base no contrato firmado com a Boeing, Ansett Worldwide Aviation Services (“AWAS”) e General Electric Capital Aviation Services (“GECAS”) para aquisição de 129 aeronaves 737-MAX. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de adiantamento para aquisição de aeronaves era de R\$94,2 milhões correspondente aos pré-pagamentos efetuados com base no contrato firmado com a Boeing, Ansett Worldwide Aviation Services (“AWAS”) e General Electric Capital Aviation Services (“GECAS”) para aquisição de 130 aeronaves 737-MAX.

Esperamos fazer os pagamentos relativos à aquisição de aeronaves utilizando recursos provenientes das receitas de nossas operações, de empréstimos contratados por meio de linhas de crédito de curto prazo e/ou financiamento junto ao fornecedor. Esperamos financiar o saldo do preço de aquisição das aeronaves do Boeing 737-MAX por meio de uma combinação de fontes, tais como disponibilidades, disponibilidades decorrentes de nossas operações, contratos de financiamento bancário a juros baixos, operações de venda e arrendamento junto ao próprio comprador (sale and leaseback), ofertas de títulos de dívida ou capital e/ou financiamento junto ao fornecedor.

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso índice de liquidez seca, calculado pela divisão do somatório de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito e contas a receber registrados no ativo circulante pelo passivo circulante foi 0,25 vezes (0,41 vezes em 2019 e 0,41 vezes em 2018).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tivemos um EBITDA de R\$918,7 milhões com margem de 14,4% em comparação aos R\$3.860,7 milhões com margem de 27,8% em 2019 e R\$2.068,5 milhões com margem de 18,1% em 2018.

O nosso endividamento, composto por empréstimos e financiamentos e arrendamentos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 era de R\$17.561,2 milhões, R\$14.462,6 milhões e R\$7.356,0 milhões, respectivamente. Nosso endividamento bruto ajustado excluindo bônus perpétuos era em 31 de dezembro de 2020 de R\$16.755,5 milhões e em 31 de dezembro de 2019 de R\$13.915,9 milhões e em 31 de dezembro de 2018 de R\$6.830,4 milhões. Os bônus perpétuos são excluídos do cálculo do endividamento, pois não possuem prazo de vencimento. Nosso endividamento líquido ajustado, calculado pela exclusão do caixa total no endividamento bruto ajustado, era de R\$14.918,7 milhões, R\$10.872,4 milhões e R\$4.540,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Até 31 de dezembro de 2018 o saldo de arrendamentos a pagar não contemplava o valor presente dos arrendamentos a pagar em função do direito de uso, registrados a partir da adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia encerrou o ano de 2020 com seu nível de alavancagem, expresso pela relação da dívida líquida ajustada pelo EBITDA dos últimos 12 meses, em 16,2 vezes, comparado com 2,8 vezes em 2019 e 2,2 vezes em 2018.

Nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estavam compostos da seguinte maneira:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Venci-mento	Taxa efetiva de juros a.a.	31/12/2019			Resultado							31/12/2020		
			Circulante	Não circulante	Total	Captações	não realizado do ESN (*)	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortiza-ções de custos	Circulante	Não circulante	Total
Em R\$:															
Capital de Giro	10/2025	6,48%	-	-	-	704.172	-	(450.532)	20.261	(17.011)	-	-	239.615	17.275	256.890
Debêntures VII	03/2022	3,41%	289.423	289.302	578.725	-	-	-	25.936	(23.638)	-	6.065	440.918	146.170	587.088
Em US\$:															
<i>Term Loan</i>	08/2020	6,50%	1.229.600	-	1.229.600	-	-	(1.641.390)	65.382	(97.632)	437.942	6.098	-	-	-
Financiamento de importação	01/2021	5,63%	663.979	-	663.979	25.974	-	(103.238)	41.326	(45.856)	201.474	-	783.659	-	783.659
Financiamento garantido	12/2021	9,50%	-	-	-	1.367.825	-	(833.171)	36.749	(36.366)	(50.924)	-	484.113	-	484.113
<i>Senior Notes 2022</i>	01/2022	8,88%	12.102	313.267	325.369	-	-	(405.878)	7.052	(20.695)	92.730	1.422	-	-	-
Financiamento com garantia Ex-Im Bank	12/2022	0,92%	180.812	76.395	257.207	124.074	-	(216.829)	5.488	(4.469)	71.877	7.396	194.786	49.958	244.744
<i>ESN</i>	07/2024	3,75%	29.443	1.753.526	1.782.969	-	(374.994)	-	178.414	(75.486)	424.327	(416)	37.960	1.896.854	1.934.814
<i>Spare Engine Facility</i>	09/2024	2,56%	17.551	201.084	218.635	-	-	(63.482)	8.957	(9.282)	64.670	282	22.771	197.009	219.780
<i>Senior Notes 2025</i>	01/2025	7,00%	75.587	2.548.472	2.624.059	37.322	-	-	235.588	(215.506)	751.423	5.951	98.521	3.340.316	3.438.837
<i>Senior Notes 2026</i>	06/2026	8,00%	-	-	-	952.509	-	-	1.828	-	20	1.293	1.848	953.802	955.650
<i>Loan Facility</i>	03/2028	4,73%	31.727	150.821	182.548	59.949	-	(33.719)	11.974	(8.969)	53.681	237	32.566	233.135	265.701
Bônus Perpétuos	-	8,75%	12.815	533.935	546.750	99.135	-	-	60.035	(60.117)	159.887	-	16.522	789.168	805.690
Total			2.543.039	5.866.802	8.409.841	3.370.960	(374.994)	(3.748.239)	698.990	(615.027)	2.207.107	28.328	2.353.279	7.623.687	9.976.966

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

31/12/2018													31/12/2019		
	Venci- mento	Taxa efetiva de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN (*)	Pagamen- to de principal	Juros incor- ridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortiza- ções de custos	Circulante	Não circulante	Total
Em R\$:															
Debêntures VII	09/2021	120% da taxa DI	288.991	577.981	866.972	-	-	(295.834)	52.596	(52.475)	-	7.466	289.423	289.302	578.725
Em US\$:															
<i>Term Loan</i>	08/2020	6,70%	25.255	1.147.196	1.172.451	-	-	-	76.927	(76.612)	47.688	9.146	1.229.600	-	1.229.600
Financiamento de importação	11/2020	5,32%	503.869	-	503.869	164.234	-	(27.399)	33.666	(33.743)	23.352	-	663.979	-	663.979
<i>Senior Notes 2022</i>	01/2022	9,24%	13.640	352.205	365.845	-	-	(50.320)	27.762	(28.013)	9.050	1.045	12.102	313.267	325.369
ESN	07/2024	3,75%	-	-	-	1.638.011	(40.717)	-	93.826	(14.748)	104.231	2.366	29.443	1.753.526	1.782.969
Linha de crédito - manutenção de motores	09/2024	2,75%	173.422	189.888	363.310	500.199	-	(403.039)	14.160	(15.570)	7.578	9.204	198.363	277.479	475.842
<i>Senior Notes 2025</i>	01/2025	7,09%	72.658	2.439.492	2.512.150	-	-	-	177.539	(166.894)	92.708	8.556	75.587	2.548.472	2.624.059
Empréstimo com garantia de motores	12/2026	5,16%	13.051	120.557	133.608	56.452	-	(16.945)	11.398	(11.394)	9.285	144	31.727	150.821	182.548
Bônus Perpétuos	-	8,75%	12.320	513.282	525.602	-	-	-	45.880	(44.557)	19.825	-	12.815	533.935	546.750
Total			1.103.206	5.340.601	6.443.807	2.358.896	(40.717)	(793.537)	533.754	(444.006)	313.717	37.927	2.543.039	5.866.802	8.409.841

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2017									31/12/2018		
			Circulante	circulante	Total	Captações	Pagamento de principal	Juros apropriados	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações	Circulante	Não circulante	Total
Em R\$:														
Debêntures VI	09/2019	132% da taxa CDI	419.014	617.333	1.036.347	-	(1.025.000)	71.030	(94.951)	-	12.574	-	-	-
Debêntures VII	09/2021	120% da taxa DI	-	-	-	865.105	-	11.076	(10.814)	(261)	1.866	288.991	577.981	866.972
Em US\$:														
Senior Notes 2018	12/2018	9,71% a.a.	23.322	-	23.322	-	(23.336)	142	(203)	(1.078)	1.153	-	-	-
Financiamento de importação	08/2019	Libor 3m+ 0,75% a.a.	243.925	-	243.925	286.189	(106.000)	23.595	(18.887)	75.047	-	503.869	-	503.869
Senior Notes 2020	07/2020	9,64% a.a.	13.025	314.589	327.614	-	(318.327)	5.303	(17.849)	1.136	2.123	-	-	-
Term Loan	08/2020	6,70% a.a.	21.561	968.010	989.571	-	-	71.795	(72.028)	173.967	9.146	25.255	1.147.196	1.172.451
Linha de crédito - manutenção de motores	06/2021	Libor 3m+ 2,25% a.a.	108.829	190.222	299.051	185.237	(176.905)	13.005	(12.854)	48.485	7.291	173.422	189.888	363.310
Senior Notes 2021	12/2021	9,87% a.a.	5.840	127.181	133.021	-	(132.881)	805	(5.725)	(6.346)	11.126	-	-	-
Senior Notes 2022	01/2022	9,24% a.a.	11.645	299.524	311.169	-	-	29.895	(28.097)	52.078	800	13.640	352.205	365.845
Senior Notes 2023	02/2023	11,30% a.a.	2.846	69.074	71.920	-	(78.032)	2.682	(5.669)	9.099	-	-	-	-
Senior Notes 2025	01/2025	7,09% a.a.	6.111	1.597.713	1.603.824	482.206	(27.353)	169.088	(109.087)	384.700	8.772	72.658	2.439.492	2.512.150
Senior Notes 2028	12/2028	9,84% a.a.	160	54.752	54.912	-	(58.024)	352	(505)	(2.678)	5.943	-	-	-
Empréstimo com garantia de motores	08/2026	6,65% a.a.	7.883	78.238	86.121	42.825	(10.443)	7.265	(7.263)	15.061	42	13.051	120.557	133.608
Bônus Perpétuos	-	8,75% a.a.	10.517	438.202	448.719	-	-	49.556	(47.523)	74.850	-	12.320	513.282	525.602
Total			874.678	4.754.838	5.629.516	1.861.562	(1.956.301)	455.589	(431.455)	824.060	60.836	1.103.206	5.340.601	6.443.807

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nossa estratégia é depender principalmente de fluxos de caixa das operações para obter capital de giro para as operações correntes e futuras. Nossos fluxos de caixa operacionais são afetados pela exigência de alguns contratos de arrendamento operacional de aeronaves, que estabelecem contas de reserva de depósito de manutenção para essas aeronaves, com fundos em níveis específicos. Os fundos serão retirados das contas de reserva de manutenção para o reembolso de certos gastos de manutenção estruturais incorridos. Acreditamos que os valores já depositados, e a serem depositados, adicionados de nossos próprios recursos de caixa, sejam suficientes para cobrir nossos custos futuros com aeronaves e manutenção, pela duração dos respectivos arrendamentos operacionais.

Financiamos o saldo do preço de aquisição das aeronaves do Boeing MAX por meio de uma combinação de fontes, tais como disponibilidades decorrentes de nossas operações, contratos de financiamento bancário a juros baixos, operações de venda e arrendamento junto ao próprio comprador (sale and leaseback), ofertas de títulos de dívida ou capital e/ou financiamento junto ao fornecedor. As operações com financiamento bancário, substancialmente, são realizadas com a garantia do Ex-Im Bank, que fornece garantias que cobrem 85% do preço total de compra das aeronaves. Os restantes 15% do preço total de compra das aeronaves, nesse caso, são financiados pelo nosso caixa ou outras alternativas de financiamento.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nosso capital de giro, os quais podem ser garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento. Temos uma forte posição de liquidez (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito de curto e longo prazo e contas a receber) que representava 40,4% de nossas receitas operacionais líquidas dos últimos doze meses. Também estamos comprometidos em evitar pressão de vencimento de dívidas financeiras significativas em um horizonte de dois anos, para garantir patamares saudáveis de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Vencimentos e Taxas	Vencimentos	Taxa de Juros	Moeda
Debêntures VI (*)	Set/19	132% do CDI	Real
Debêntures VII	Set/21	120% do CDI	Real
Capital de Giro	Out/25	6,48% a.a.	Real
Bônus Sênior 2018 (*)	Dez/18	9,71% a.a.	Dólar Americano
Bônus Sênior 2020 (*)	Jul/20	9,64% a.a.	Dólar Americano
Term Loan (*)	Ago/20	6,50% a.a.	Dólar Americano
Financiamento de importação	Nov/20	5,32% a.a.	Dólar Americano
Bônus Sênior 2021 (*)	Dez/21	9,87% a.a.	Dólar Americano
Financiamento garantido	Dez/21	9,50% a.a.	Dólar Americano
Bônus Sênior 2022 (*)	Jan/22	8,88% a.a.	Dólar Americano
Financiamento com garantia Ex-Im Bank (g)	Dez/22	0,92% a.a.	Dólar Americano
Bônus Sênior 2023 (*)	Fev/23	11,30% a.a.	Dólar Americano
ESN	Jul/24	3,75% a.a.	Dólar Americano
Spare Engine Facility	Set/24	2,56% a.a.	Dólar Americano
Bônus Sênior 2025	Jan/25	7,09% a.a.	Dólar Americano
Bônus Sênior 2026	Jun/26	8,00% a.a.	Dólar Americano
Loan Facility	Mar/28	4,73% a.a.	Dólar Americano
Bônus Sênior 2028 (*)	Dez/28	9,84% a.a.	Dólar Americano
Bônus Perpétuos	-	8,75% a.a.	Dólar Americano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(*) Contratos já integralmente liquidadas em 31 de dezembro de 2020, conforme movimentação demonstrada no tópico anterior.

As tabelas abaixo demonstram o cronograma de vencimento das nossas obrigações de longo prazo, decorrentes de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (não considera juros):

Cronograma da Dívida Financeira em 31/12/20 (R\$MM)	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Sem vencimento	Total
Em R\$:							
Capital de giro	7.543	4.752	2.500	2.480	-	-	17.275
Debêntures VII	146.170	-	-	-	-	-	146.170
Em US\$:							
Financiamento com garantia Ex-Im Bank	49.958	-	-	-	-	-	49.958
ESN	-	-	1.896.854	-	-	-	1.896.854
Spare Engine Facility	23.075	23.075	150.859	-	-	-	197.009
Senior Notes 2025	-	-	-	3.340.316	-	-	3.340.316
Senior Notes 2026	-	-	-	-	953.802	-	953.802
Loan Facility	30.936	31.961	33.039	34.197	103.002	-	233.135
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	789.168	789.168
Total	257.682	59.788	2.083.252	3.376.993	1.056.804	789.168	7.623.687

Cronograma da Dívida Financeira em 31/12/19 (R\$MM)	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Sem vencimento	Total
Em R\$:							
Debêntures VII	289.302	-	-	-	-	-	289.302
Em US\$:							
Linha de crédito - manutenção de motores	95.574	17.747	17.747	146.411	-	-	277.479
Senior Notes 2022	-	313.267	-	-	-	-	313.267
ESN	-	-	-	1.753.526	-	-	1.753.526
Senior Notes 2025	-	-	-	-	2.548.472	-	2.548.472
Empréstimo com garantia de motores	18.377	19.052	19.769	20.522	73.101	-	150.821
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	533.935	533.935
Total	403.253	350.066	37.516	1.920.459	2.621.573	533.935	5.866.802

Cronograma da Dívida Financeira em 31/12/18 (R\$MM)	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Sem vencimento	Total
Em R\$:							
Debêntures VII	288.990	288.991	-	-	-	-	577.981
Em US\$:							
Term Loan	1.147.196	-	-	-	-	-	1.147.196
Linha de crédito - manutenção de motores	67.008	139.835	14.270	14.921	74.411	-	310.445
Senior Notes 2022	-	-	352.205	-	-	-	352.205
Senior Notes 2025	-	-	-	-	2.439.492	-	2.439.492
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	513.282	513.282
Total	1.503.194	428.826	366.475	14.921	2.513.903	513.282	5.340.601

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A seguir descrevemos os nossos contratos financeiros relevantes vigentes em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Capital de giro

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, captou recursos e renegociou vencimentos de contratos na modalidade de capital de giro, com a colocação de notas promissórias como garantia das operações. Tais operações tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da Companhia. As principais informações acerca das captações realizadas estão apresentadas a seguir:

Data da operação	Montante	Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(R\$ mil)		
20/04/2020	21.195	8,52%	20/07/2020
20/04/2020	72.000	10,03%	20/07/2020
20/04/2020	94.830	8,99%	18/08/2020
08/05/2020	147.871	CDI + 6,9%	07/08/2020
11/05/2020	10.013	8,60%	10/08/2020
13/05/2020	24.000	CDI + 8%	12/03/2021
15/05/2020	254.468	CDI + 2,5%	09/11/2020
07/10/2020	59.795	8,58%	07/12/2020
23/10/2020	10.000	6,90%	23/10/2025
26/11/2020	10.000	10,69%	19/05/2023

O saldo total referente a operações desta natureza em 31 de dezembro de 2020 era de R\$256,9 milhões registrado no passivo circulante e não circulante.

Debêntures

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, emitiu 105.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da 6ª série no montante total de R\$1.050.000 e custos de emissão de R\$28.382, amortizados ao longo do período da dívida. Os recursos captados foram utilizados exclusivamente para a liquidação antecipada pelo valor de face da 4ª e 5ª séries de debêntures.

Em 29 de outubro de 2018, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, emitiu 88.750 debêntures simples, não conversíveis em ações, da 7ª série no montante total de R\$887,5 milhões e custos de emissão de R\$28.739, amortizados ao longo do período da dívida. Os recursos captados foram utilizados exclusivamente para a liquidação antecipada pelo valor de face da 6ª série de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$440,9 milhões e R\$146,2 milhões, respectivamente (R\$289,4 milhões e R\$289,3 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

Financiamentos de importação (Finimp)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, captou recursos e renegociou vencimentos de contratos desta modalidade, com a colocação de notas promissórias como garantia das operações. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito que a GLA mantém para financiamento de importações, com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos.

As informações acerca de novas captações feitas em 2020 estão apresentadas a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Data da Operação	Montante		Taxa de juros (a.a.)	Data de Vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
19/02/2020	5.920	25.974	4,07%	13/02/2021

O saldo total referente a operações desta natureza em 31 de dezembro de 2020 era de R\$783,7 milhões registrado no passivo circulante (R\$664,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 no passivo circulante).

Financiamento com garantia Ex-Im Bank

Em 14 de fevereiro de 2014 a Companhia, por meio de sua controlada GLA, emitiu a terceira série de Guarantee Notes ("Notas Garantidas") para financiamento de manutenção de motores, com garantia financeira do Ex-Im Bank, com taxa de juros de 0,90% a.a. no montante de R\$92,2 milhões (US\$40,5 milhões na data da captação), com amortização trimestral do valor principal e os juros mensais, com os custos de emissão de US\$2,2 mil (R\$5,2 mil na data da captação). Esta série possuía prazo de vencimento de 2 anos, com vencimento em 14 de fevereiro de 2016.

Em 13 de março de 2015, a controlada GLA obteve um financiamento para manutenção de motores no montante de R\$130.795 (US\$40.539 na data da captação) com taxa de juros de 0,983% a.a. com amortização e pagamentos de juros trimestrais, e custos de emissão de R\$4.198 (US\$1.334 na data da captação) e garantia financeira do Export-Import Bank of the United States ("Ex-Im Bank"). Esta série possuía prazo de vencimento de 3 anos, com vencimento em agosto de 2019.

Em junho de 2020, a controlada GLA captação de nova linha de financiamento com caixa restrito cedido como garantia. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir

Data da Operação	Montante		Custos		Taxa de juros (a.a.)	Data de Vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
19/06/2020	25.000	129.263	1.003	5.189	Libor 6M + 0,6%	23/12/2022

O saldo total das séries referente ao financiamento registrado no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2020 era de R\$194,8 milhões e R\$50,0 milhões, respectivamente (R\$180,8 milhões no passivo circulante e R\$76,4 milhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019).

Term Loan

Em 31 de agosto de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.), emitiu uma dívida no valor de R\$1.191.870 (US\$300.000 na data de captação) com custos de emissão de R\$48.700 (US\$12.258 na data da captação) por meio do banco Morgan Stanley, com prazo de vencimento em 5 anos e taxa contratual de juros de 6,5% a.a. A Companhia contou com a garantia fidejussória adicional ("Backstop Guaranty") concedida pela Delta. Em contrapartida, apartado ao instrumento, a Companhia concedeu como garantia à Delta o penhor de ações ordinárias emitidas pela Smiles e de titularidade da Companhia. A avaliação da garantia era feita através do comparativo entre o valor de mercado das ações da Smiles em relação à dívida atualizada e, caso a dívida supere o valor de mercado, a Companhia está obrigada a realizar um depósito em garantia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia liquidou integralmente esta operação contando com o suporte financeiro obtido na captação do Financiamento garantido.

Financiamento garantido

Em agosto de 2020, a Companhia captou junto a Delta Airlines um financiamento bilateral com a garantia de ações Smiles e outros ativos no valor de US\$250 milhões correspondente a R\$1.367.825 na data da captação.

Data da Operação	Montante		Taxa de juros (a.a.)	Data de Vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

31/08/2020	250.000	1.367.825	9,50%	30/12/2021
------------	---------	-----------	-------	------------

A Companhia já amortizou US\$157 milhões, correspondente a R\$833.171 do principal captado. Em 31 de dezembro de 2020 o montante devido, incluindo principal e juros, é de US\$93.157, R\$484.113 considerando a cotação de fechamento do dólar na data, o qual está registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2020.

Spare Engine Facility

Em março de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, realizou captação de financiamento com garantia de motores próprios da Companhia. As informações acerca de tal financiamento estão apresentadas a seguir:

Data da Operação	Montante		Custos		Taxa de juros (a.a.)	Data de Vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
20/03/2020	12.000	60.847	177	898	Libor 1M + 3,33%	20/03/2028

O saldo total referente a estes contratos registrado no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2020 era de R\$22,8 milhões e R\$197,0 milhões, respectivamente (R\$17,6 milhões no passivo circulante e R\$201,1 milhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019).

Loan Facility

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia realizou captação de empréstimo com garantia de 4 motores próprios da Companhia no montante de R\$ 84,3 milhões (US\$26,8 milhões na data da captação) e custo de emissão R\$512 mil (US\$161 mil na data da captação). Em 28 de junho de 2018, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, realizou captação de um financiamento com garantia de 1 motor próprio da Companhia no montante de R\$43.913 (US\$11.400 na data da captação) e custo de emissão R\$578 (US\$150 na data da captação). Nessa modalidade, o financiamento possui pagamento e amortização de juros mensais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, realizou captações de financiamentos com garantia de motores próprio da Companhia. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da Operação	Montante		Custos		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
20/03/2020	12.000	60.847	177	898	Libor 1M + 3,33%	20/03/2028

Em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$32,6 milhões e R\$233,1 milhões (em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$31,7 milhões e R\$150,8 milhões).

Bônus Sênior

Em 13 de julho de 2010, a Companhia por meio de sua controlada Finance, captou recursos mediante emissão de Bônus sênior 2020 denominados em dólares norte-americanos no montante de US\$300 milhões na data da captação, com juros de 9,25% a.a. e garantia fidejussória da Companhia e da controlada GLA. Os custos de emissão foram de R\$12,6 milhões na data da captação. Os recursos captados foram utilizados para o pagamento de dívidas. Os papéis foram integralmente resgatados em 2018.

Em 07 de fevereiro de 2013, a Companhia por meio de sua controlada GLA, emitiu Bônus sênior 2023 no valor de R\$392,7 milhões (US\$200 milhões) com garantia fidejussória da Companhia e taxa de juros nominal de 10.75% a.a.. Os custos de emissão representam R\$10,8 milhões, que deduziram o montante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

total captado de R\$403,6 milhões. Os recursos foram captados com a finalidade de financiar os pré-pagamentos das dívidas com vencimento nos 3 anos subsequentes a emissão. Os papéis foram integralmente resgatados em 2018.

Em 24 de setembro de 2014, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.), emitiu o Bônus sênior 2022 no valor de R\$796,6 milhões (US\$325,0 milhões na data da captação) com garantia fidejussória da Companhia e pagamento de juros semestrais de 8,875% a.a.. Os recursos captados foram utilizados primordialmente para recompra parcial de títulos de dívida emitidos no exterior com vencimentos em 2017, 2020 e 2023. O montante de R\$776,7 milhões corresponde aos recursos captados, líquidos dos custos de R\$19,9 milhões. O passivo desta emissão foi integralmente amortizado em 2020.

Em 07 de julho de 2016, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.) emitiu Bônus sênior 2018 no valor de R\$47,4 milhões (US\$14,5 milhões na data da captação) com garantia fidejussória da Companhia, com pagamento de juros semestrais de 8,50% a.a. e 1% a.a., incorporado no montante principal (PIK). O montante de R\$42,2 milhões corresponde aos recursos captados, líquidos dos custos de R\$5,2 milhões. Nesta mesma data, a Gol Finance emitiu Bônus sênior 2021 no valor de R\$134,6 milhões (US\$41,4 milhões na data da captação) com garantia fidejussória da Companhia e pagamento de juros semestrais de 8,50% a.a. e 1% a.a. a ser incorporado no montante principal (PIK). O montante de R\$119,9 milhões corresponde aos recursos captados, líquidos dos custos de R\$14,7 milhões. Ainda em 07 de julho de 2016, a Gol Finance emitiu Bônus sênior 2028 no valor de R\$58,7 milhões (US\$18,1 milhões na data da captação) com garantia fidejussória da Companhia e pagamento de juros semestrais de 8,50% a.a. e 1% a.a. a ser incorporado no montante principal (PIK). O montante de R\$52,3 milhões corresponde aos recursos captados, líquidos dos custos de R\$6,4 milhões. Os recursos captados com a emissão dos Bônus sênior 2018, 2021 e 2028 foram utilizados primordialmente para recompra parcial de títulos de dívida emitidos com vencimentos em 2017, 2020, 2022, 2023 e Bônus Perpétuos. Os papéis foram integralmente resgatados em 2018.

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.), emitiu uma série de Bônus sênior 2025, no valor de R\$1.642.000 (US\$500.000 na data da captação), com custos de emissão de R\$45.172 (US\$ 17.283 na data da captação). Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance, realizou a emissão adicional do Bônus Sênior 2025, no valor de R\$486.735 (US\$150 milhões na data da captação), com custos de emissão de R\$8.578 (US\$2.873 na data da captação). Os Bônus Sênior tem como garantia o aval da Companhia, com pagamento de juros semestrais de 7.00% a.a. Como parte do processo de reestruturação de dívida, a Companhia utilizou recursos captados por meio desta emissão para resgatar a totalidade dos Bônus Sênior 2018, 2020, 2021, 2023 e 2028. Em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$98,5 milhões e R\$3.340,3 milhões, respectivamente (R\$75,6 milhões e R\$2.548,3 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

Em dezembro de 2020, a Companhia realizou uma captação de um Senior Secured Notes 2026 e garantidas por alienações fiduciárias de certos ativos: (i) substancialmente toda a propriedade intelectual da Companhia, incluindo patentes, marcas registradas, nomes de marcas e domínios; e (ii) as peças de reposição (spare parts) de aeronaves da GLA. As principais informações da captação efetuada no âmbito dessa operação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão apresentadas na tabela a seguir. Em 31 de dezembro de 2020 o montante devido do Bônus Senior 2026, incluindo principal e juros, era de R\$955,7 milhões.

Data da Operação	Montante		Custos		Taxa de juros (a.a.)	Data de Vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
23/12/2020	200.000	1.039.340	16.750	86.831	8,00% a.a.	30/06/2026

Exchangeable Senior Notes ("ESN")

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia por meio da GOL Equity Finance ("emissora"), uma sociedade de propósito específico constituída de acordo com as leis de Luxemburgo, emitiu Exchangeable Senior Notes ("ESN"), com vencimento em 2024, sobre os quais incidirão juros nominais de 3,75% a.a., a serem pagos semestralmente. Tal operação foi garantida pela Companhia e pela controlada GLA.

Os detentores dos títulos terão o direito de permutá-los por American Depositary Shares ("ADSs") onde cada uma representando duas ações preferenciais da GOL. A taxa inicial de permuta dos títulos é de 49,3827 ADSs por US\$1mil do valor principal dos títulos o que equivale a um preço inicial de permuta de aproximadamente US\$20,25 por ADS e representa um prêmio de permuta de aproximadamente 35% acima do preço da oferta pública inicial das ADSs vendidas na oferta simultânea de ADSs descrita abaixo, que foi US\$15,00 por ADS. A taxa de permuta dos títulos está sujeita a ajuste no momento de ocorrência de determinados eventos.

A liquidação dos títulos poderá ser efetuada em dinheiro, ADSs ou por meio da combinação de ambos.

As captações efetuadas no âmbito dessa operação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão apresentadas a seguir:

Valores em US\$ mil						
Data	Emissão nominal	Ágio	Custo atribuído ao componente dívida	Custo atribuído ao componente derivativo	Capped Call	Captação Líquida
26/03/2019	300.000	-	(12.179)	(6.533)	(26.190)	255.098
17/04/2019	45.000	-	(3.862)	(1.463)	(3.929)	35.746
17/07/2019	80.000	16.000	(2.123)	(2.247)	(9.680)	81.950
	425.000	16.000	(18.164)	(10.243)	(39.799)	372.794

Valores em R\$						
Data	Emissão nominal	Ágio	Custo atribuído ao componente dívida	Custo atribuído ao componente derivativo	Capped Call	Captação Líquida
26/03/2019	1.169.010	-	(47.067)	(25.248)	(101.214)	995.481
17/04/2019	177.539	-	(14.870)	(5.760)	(15.499)	141.410
17/07/2019	301.192	60.194	(7.987)	(8.453)	(36.444)	308.502
	1.647.741	60.194	(69.924)	(39.461)	(153.157)	1.445.393

Adicionalmente, a emissora realizou operações privadas de derivativos ("Capped call") com alguns dos subscritores dos títulos e/ou outras instituições financeiras ("contrapartes"), com as quais se espera, de forma geral, reduzir a potencial diluição das ações preferenciais e das ADSs da GOL diante da permuta de quaisquer títulos e/ou compensar quaisquer pagamentos em dinheiro exigidos da emissora que superem o valor principal dos títulos permutados, conforme o caso, sendo que tal redução ou compensação estará sujeita a um limite baseado no preço máximo. O preço máximo das operações privadas da capped call será de aproximadamente US\$27,75 por ADS (o que representa um prêmio de aproximadamente 85% acima do preço da oferta pública inicial dos ADSs vendidos na oferta simultânea de ADSs).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a parcela correspondente a opção de conversão dos títulos em ações a valor de mercado corresponde a R\$346.030 e R\$626.557, respectivamente. O montante total em aberto, considerando o valor justo da conversão, juros e principal, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era de R\$1.934,8 milhões e R\$1.783,0 milhões, respectivamente.

Bônus Perpétuos

Em 05 de abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada GOL Finance (anteriormente denominada GOL LuxCo S.A.), captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em Dólares norte-americanos no valor nominal US\$200 milhões com garantia fidejussória da Companhia e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da controlada GLA. Os bônus perpétuos não tem vencimento determinado, e podem ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da data de emissão, com juros de 8,75% a.a. Os recursos foram captados para financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários com garantia do U.S. Ex-Im Bank.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado no passivo, incluindo principal e juros, era de R\$805,7 milhões (R\$546,8 milhões em 31 de dezembro de 2019).

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei 11.101 de 2005:

- Obrigações sociais e trabalhistas;
- Impostos a recolher;
- Arrendamento (garantia real);
- Empréstimos e financiamentos;
- Créditos quirografários;
- Créditos subordinados;
- Dividendos e juros sobre capital próprio.

Nos nossos contratos de arrendamento financeiro, o arrendador tem prioridade, em relação aos demais credores, na recuperação da aeronave, nos termos do contrato aplicável.

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) atreladas a indicadores financeiros nas Debêntures VII e Financiamento garantido. Havia também cláusulas restritivas atreladas a indicadores financeiros no Term Loan, liquidado em 2020.

No âmbito do financiamento garantido, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias específicas no contrato bilateral com a Delta Airlines. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía ações de Smiles e outros ativos colocados em garantia pela GLAI referente a esse contrato que satisfazem as condições contratuais.

Nas Debêntures VII, a obrigatoriedade de mensuração de tais indicadores é semestral, sendo que em 31 de março de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, onde foi deliberada a suspensão dos efeitos do vencimento antecipado automático, tendo em vista a ausência de pagamento do valor nominal unitário das debêntures referente a parcela vencida em 28 de março de 2020. Na referida Assembleia, foi decidida a prorrogação em 10 dias das obrigações de amortização de principal das debêntures.

Em 9 de abril de 2020, na Assembleia Geral de Debenturistas foi decidida a postergação da amortização das debêntures no valor correspondente a R\$148 milhões, originalmente programada para 28 de março de 2020, sendo, portanto, postergada para 28 de março de 2022. Nesta data, também foi concedida a anuência prévia (waiver) em relação ao descumprimento dos índices e limites financeiros estabelecidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

relativos ao exercício de 2020, que seriam objeto de medição em 30 de junho e 31 de dezembro de 2020, permanecendo vigentes as demais leituras a partir do exercício de 2021.

Em 25 de setembro de 2020, em Assembleia Geral de Debenturistas foi decidida a postergação da amortização das debentures no valor corresponde a R\$148 milhões, originalmente programada para ocorrer em 28 de setembro de 2020, sendo, portanto, postergada para 28 de março de 2021.

(v) Arrendamentos a pagar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		2019											2020		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adições	Baixas	Alteração contratual	Pagamentos	Pagamento (Depósito em garantia)	Juros incorridos	Pagamento de juros	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
Em R\$:															
Arrendamentos sem opção de compra	12,92%	21.781	23.026	44.807	5.189	-	399	(15.044)	-	12.164	-	-	32.530	14.985	47.515
Total		21.781	23.026	44.807	5.189	-	399	(15.044)	-	12.164	-	-	32.530	14.985	47.515
Em US\$:															
Arrendamentos com opção de compra	3,75%	128.936	419.894	548.830	-	(618.486)	-	(26.049)	-	4.592	(4.530)	95.643	-	-	-
Arrendamentos sem opção de compra	8,55%	1.253.995	4.205.148	5.459.143	449.059	(85.678)	220.849	(1.017.599)	(44.736)	798.202	-	1.737.614	1.268.226	6.252.199	7.520.425
Total		1.382.931	4.625.042	6.007.973	449.059	(704.164)	220.849	(1.043.648)	(44.736)	802.794	(4.530)	1.833.257	1.268.226	6.252.199	7.520.425
Total arrendamentos		1.404.712	4.648.068	6.052.780	454.248	(704.164)	221.248	(1.058.692)	(44.736)	814.958	(4.530)	1.833.257	1.300.756	6.267.181	7.567.940

		2018													2019		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adoção IFRS 16 ⁽¹⁾	Adições	Baixas	Alteração contratual	Pagamentos	Pagamento (Depósito em garantia)	Pagamento (Reserva de manutenção)	Juros incorridos	Pagamento de juros	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
Em R\$:																	
Arrendamentos sem opção de compra	12,92%	-	-	-	49.975	2.925	-	-	(18.085)	-	-	9.992	-	-	21.781	23.026	44.807
Total		-	-	-	49.975	2.925	-	-	(18.085)	-	-	9.992	-	-	21.781	23.026	44.807
Em US\$:																	
Arrendamentos com opção de compra	3,75%	120.118	520.542	640.660	-	-	137	-	(113.362)	-	-	22.931	(23.304)	21.768	128.936	419.894	548.830
Arrendamentos sem opção de compra	8,55%	-	-	-	5.540.621	954.101	(7.676)	(275.921)	(1.437.957)	(476)	(6.498)	469.621	-	223.328	1.253.995	4.205.148	5.459.143
Arrendamentos outros	-	135.799	135.686	271.485	(219.728)	-	-	-	(48.273)	-	-	-	-	(3.484)	-	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		255.917	656.228	912.145	5.320.893	954.101	(7.539)	(275.921)	(1.599.592)	(476)	(6.498)	492.552	(23.304)	241.612	1.382.931	4.625.042	6.007.973
Total arrendamentos		255.917	656.228	912.145	5.370.868	957.026	(7.539)	(275.921)	(1.617.677)	(476)	(6.498)	502.544	(23.304)	241.612	1.404.712	4.648.068	6.052.780

		2017									2018		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não Circulante	Total	Baixa	Alteração Contratual	Pagamento Caixa	Juros Provisão	Juros Pagamento	Variação Cambial	Circulante	Não Circulante	Total
Em US\$:													
Arrendamentos financeiros	3,75%	288.194	1.187.957	1.476.151	(571.198)	(234.083)	(248.950)	52.363	(52.679)	219.057	120.118	520.543	640.661
Total arrendamentos		288.194	1.187.957	1.476.151	(571.198)	(234.083)	(248.950)	52.363	(52.679)	219.057	120.118	520.543	640.661

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia dispõe da possibilidade de contratação de linhas de créditos junto a instituições financeiras e bancos para financiamento do capital de giro e para investimento em nosso negócio.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras apresentadas foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas, elaboradas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS que refletem adequadamente os resultados de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial nos respectivos períodos.

As informações incluídas neste item 10 relativas ao nosso setor de atividade, indicadores financeiros do setor, bem como as estimativas a respeito de participações de mercado, foram obtidas por meio de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor. Foram incluídas informações de relatórios elaborados por fontes públicas oficiais, como o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), dentre outras. As informações que constam dessas publicações são extraídas de fontes consideradas confiáveis, mas não podemos garantir a exatidão e a integridade dessas informações. Os referidos levantamentos internos e estimativas não foram objeto de comprovação independente.

Cenário Econômico Brasileiro

O cenário econômico brasileiro afeta diretamente nossa posição financeira e resultado das operações. Mudanças bruscas na economia e na política ocorridas e que podem ocorrer no futuro e intervenções do governo brasileiro na economia têm exigido e continuarão a exigir uma avaliação contínua dos riscos associados com nossas atividades, bem como o correspondente ajuste de nossa estratégia de negócios. Particularmente, a disponibilidade de renda familiar e a elevação dos níveis de emprego são fatores que contribuem para o efetivo crescimento do nosso negócio.

Nossos resultados operacionais são afetados também pelas variações cambiais. A grande maioria de nossas receitas é expressa em reais (sendo uma pequena parcela de nossas receitas de voos internacionais denominadas em outras moedas); porém, parte significativa de nossas despesas operacionais é devida em dólares norte-americanos ou atrelada ao dólar norte-americano, tais como os custos com combustível e manutenção de aeronaves, além dos pagamentos devidos nos termos de nossos contratos de arrendamento de aeronaves, reserva e depósitos relacionados à manutenção. Com base em análises estatísticas de nossos 20 anos de operação, acreditamos que nossas receitas apresentam alta correlação com a taxa de câmbio Real/dólar norte-americano e com os preços de combustível, visto que as flutuações do Real e aumentos dos preços de combustível são geralmente incorporadas às estruturas tarifárias das companhias aéreas brasileiras.

Indicadores Econômicos	2020	2019	2018
Crescimento do PIB	(4,1)%	1,4%	1,1%
Inflação (IGP-M) ⁽¹⁾	23,1%	7,3%	7,6%
Inflação (IPCA) ⁽²⁾	4,5%	4,3%	3,8%
Taxa CDI	1,9%	4,4%	6,5%
Taxa LIBOR ⁽³⁾	0,2%	1,9%	2,8%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Depreciação média do Real vs. Dólar norte-americano	28,9%	4,0%	17,1%
Taxa de câmbio no final do período	R\$5,197	R\$4,031	R\$3,875
Taxa de câmbio média ⁽⁴⁾	R\$5,158	R\$3,945	R\$3,656
Preço do WTI (West Texas intermediate) final do período (por barril)	US\$48,52	US\$61,06	US\$45,41
Aumento (diminuição) do preço final do WTI por barril	(20,5)%	34,5%	(24,8)%
Preço do WTI médio do período (por barril)	US\$39,13	US\$57,03	US\$64,90
Aumento (diminuição) do preço médio do WTI por barril	(31,4)%	(12,1)%	27,6%

Fontes: Banco Central do Brasil, FGV, IBGE e Bloomberg.

(1) A inflação expressa pelo IGP-M é o índice geral de preços do mercado mensurado pela Fundação Getúlio Vargas;

(2) A inflação expressa pelo IPCA é o índice nacional de preços ao consumidor amplo mensurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

(3) LIBOR de três meses expressas em dólares norte americanos com a cotação de final de período;

(4) Representa a média das taxas de câmbio de venda no ano.

A tabela a seguir apresenta nossos principais indicadores operacionais em 2020, 2019 e 2018:

Informações Operacionais	2020	2019	2018
Passageiros-quilômetro transportados (RPK) (em milhares)	20.126	41.863	38.424
Assento-quilômetro oferecido - ASK (em milhares)	25.142	51.065	48.058
Taxa de Ocupação (%)	80,0%	82,0%	80,0%
Yield Líquido por Passageiro/km (em centavos)	28,7	31,2	27,6
Uso de Aeronave (hora-bloco por dia)	9,6	12,3	11,8
Receita Operacional por Assento-quilômetro Oferecido, Líquido (em centavos)	25,3	27,2	23,7
Custo Operacional por assento-quilômetro Disponível (em centavos)	29,1	23,0	20,8

A tabela abaixo mostra a composição de nossos dados e despesas operacionais com base nos assentos-quilômetro oferecidos em 2020, 2019 e 2018:

Custo por ASK (R\$/centavos)	2020	2019	2018
Com Pessoal	(7,02)	(4,62)	(3,96)
Combustíveis e Lubrificantes	(8,06)	(7,93)	(8,05)
Arrendamento de Aeronaves	-	-	(2,32)
Comerciais e Publicidade	(1,29)	(1,31)	(1,21)
Tarifas de Pouso e Decolagem	(1,63)	(1,49)	(1,55)
Gastos com Passageiros	(1,55)	(1,13)	(0,99)
Prestação de Serviços	(2,88)	(1,39)	(1,28)
Manutenção e Reparo	(1,34)	(1,11)	(1,19)
Depreciação e Amortização	(7,44)	(3,38)	(1,39)
Outras	2,08	(0,61)	1,09
Custo por ASK (CASK)	(29,13)	(22,97)	(20,83)
Custo por ASK Excluindo Combustíveis (CASK Ex-Comb.)	(21,07)	(15,05)	(12,78)

Comparação dos resultados operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Nosso prejuízo operacional em 2020 foi de R\$951,8 milhões, comparado a um lucro operacional de R\$2.132,7 milhões em 2019. Nossa margem operacional em 2020 foi negativa em 14,9%, um retrocesso frente as margem de 15,4% em 2019. Em 2020

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

registramos prejuízo de R\$5.895,2 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$179,3 milhões em 2019.

Receitas Operacionais Líquidas

As receitas operacionais líquidas de 2020 diminuíram 54,0% e atingiram R\$6.371,8 milhões, frente a R\$13.864,7 milhões em 2019.

Em 2020, nossa receita operacional por assento-quilômetro oferecido ("RASK") apresentou uma redução de 6,7%, saindo dos R\$27,15 centavos em 2019 para R\$25,34 centavos em 2020.

Custos e Despesas Operacionais

Em 2020, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$7.323,2 milhões, diminuição de 37,6% em relação ao ano anterior, principalmente devido às nossas iniciativas de redução de custos e despesas, incluindo redução no consumo e preço médio por litro de combustível, suspensão de investimentos não essenciais, suspensão de despesas de marketing e publicidade e uma redução significativa nas despesas de pessoal, cujos efeitos foram parcialmente compensados pelo depreciação do real em relação ao dólar norte-americano, o que nos afeta adversamente ao aumentar nossos custos e despesas operacionais expressos em dólares norte-americanos.

Salários e benefícios com pessoal no ano de 2020 registrou R\$1.765,6 milhões, uma redução de 25,2% frente ao ano anterior principalmente devido a desenvolvimentos na legislação trabalhista brasileira em resposta à pandemia COVID-19, que nos permitiu renegociar contratos de trabalho e reduzir salários proporcionalmente às reduções nas horas de trabalho, bem como prever suspensões temporárias de contratos de trabalho.

Os custos com combustíveis e lubrificantes em 2020 reduziram 49,9%, de R\$4.047,3 milhões em 2019 para R\$2.025,7 milhões em 2020, principalmente devido à redução de 42,6% no preço do QAV por litro e uma redução de 51,0% no consumo de combustível, em comparação com 2019.

As despesas com comerciais e publicidade de 2020 totalizaram R\$324,2 milhões no ano, diminuição de 51,6% em comparação com o ano anterior, devido principalmente aos esforços contínuos da Companhia em readequar sua estrutura de custos a patamares pela pandemia com redução das campanhas de marketing e outras iniciativas de redução de custos.

As despesas com tarifas de pouso e decolagens diminuíram 45,9%, passando de R\$ R\$759,8 milhões em 2019 para R\$411,1 milhões em 2020, principalmente devido à redução das operações, cujos efeitos foram parcialmente compensados pelo reajuste médio das tarifas de pouso, navegação e permanência no mercado interno.

As despesas com gastos de passageiros registraram R\$390,0 milhões em 2020, com diminuição de 32,6% frente a 2019, principalmente devido à redução das operações, cujos efeitos foram parcialmente compensados por maiores despesas relacionadas a acordos com companhias aéreas parceiras em 2020, em comparação com 2019.

As despesas com prestação de serviços registraram aumento de 2,2% frente a 2019, totalizando R\$723,2 milhões em 2020 principalmente devido a investimentos em tecnologia local e internacional, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma redução em serviços de assistência e consultoria.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas com manutenção, materiais e reparos totalizaram em 2020 R\$335,9 milhões, uma queda de 41,0% frente a 2019, devido a provisões de devolução de aeronaves em 2020 e reversões de provisão de manutenção em 2019 que não se realizaram em 2020.

As despesas com depreciação e amortização aumentaram 8,3% em 2020 quando comparado com 2019, de R\$1.7280 para R\$1.870,6 milhões em 2020 principalmente devido à redução na vida útil média de nossas aeronaves e revisão de motores.

Outras receitas (despesas) líquidas mudaram de uma despesa de R\$309,9 milhões em 2019 para uma receita de R\$523,0 milhões em 2020, principalmente devido à receita de transações de venda e relocação de 11 aeronaves e o reembolso de despesas incorridas devido a paralisação de sete aeronaves Boeing 737-MAX em 2020.

Resultado financeiro

Em 2020, o resultado financeiro líquido registrou R\$4.865,4 milhões negativos, frente aos R\$1.743,8 milhões negativos em 2019. Em 2020, a GOL contabilizou perdas com variações cambiais de R\$3.056,2 milhões, enquanto em 2019 foram contabilizadas perdas com variações cambiais de R\$385,1 milhões, devido a desvalorização do real frente ao dólar americano.

Tributação sobre a renda

A despesa de imposto de renda em 2020 foi de R\$78,0 milhões, representando variação de R\$131,6 milhões frente ao registrado em 2019, quando a despesa de imposto de renda em 2019 foi de R\$209,6 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Comentários dos Diretores

a. Resultados das operações da Companhia em 2020, 2019 e 2018

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita líquida total é decorrente da receita de transporte de passageiros, da nossa venda a bordo, taxas de remarcação, reembolso e cancelamento de passagens, também pelas receitas advindas do “GOL+ Conforto” no mercado doméstico e da venda de assentos “GOL+ Conforto” nos voos internacionais e das receitas auxiliares que compreendem as receitas de cargas, do nosso programa de milhagem Smiles (ex-GOL) e outros.

Reconhecemos a receita de passageiros, incluindo a receita do programa de fidelidade Smiles, que se refere ao resgate de milhas de passagens aéreas da GOL, seja quando o transporte é fornecido ou quando a passagem não utilizada expira. Reconhecemos a receita de cargas quando o transporte é fornecido.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossos resultados operacionais em 2020 foram afetados pelos seguintes fatores-chave:

Diminuição da receita operacional: A GOL apresenta uma receita líquida total no ano de R\$6.371,8 milhões, 54,0% inferior a 2019. Essa variação negativa é reflexo da significativa redução na demanda do setor aéreo, em decorrência da adoção do comportamento de distanciamento social pelos Clientes e o fechamento de fronteiras como forma de contenção da contaminação mundial pela COVID-19.

Diminuição estrutural do nosso custo operacional que totalizou R\$7.323,2 milhões, redução de 37,6% em relação ao ano anterior, principalmente devido aos esforços contínuos da Companhia em readequar sua estrutura de custos a patamares mais eficientes quando comparado ao período pré-pandemia.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Variação da Receita Líquida em 2020

A receita líquida apresentou uma redução de 54,0% em relação a 2019. Essa redução é proveniente da redução na demanda do setor aéreo, em decorrência da adoção do comportamento de distanciamento social pelos clientes e o fechamento de fronteiras como forma de contenção da contaminação mundial pelo Covid-19.

Variação da Receita Líquida em 2019

A receita líquida apresentou um crescimento de 21,5% em 2019 na comparação com o ano de 2018. O aumento na receita líquida é proveniente do aumento da atividade de transporte de passageiros. Além disso, viu-se a nossa receita por passageiro por assento-quilômetro oferecido (“PRASK”) totalizar R\$25,61 centavos, representando um crescimento de 15,7% frente aos R\$22,13 centavos de 2018. Como também, crescimento do RASK Líquido para R\$27,15 centavos em 2018, aumento de 14,3% na comparação com igual período de 2018. Em 2019, 86,3% de nossa receita líquida estava denominada em Reais.

Variação da Receita Líquida em 2018

A receita líquida apresentou um crescimento de 10,5% em 2018 na comparação com o ano de 2017. O aumento na receita líquida é proveniente do aumento da atividade de transporte de passageiros. Além disso, viu-se a nossa receita por passageiro por assento-quilômetro oferecido (“PRASK”)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

totalizar R\$22,13 centavos, representando um crescimento de 8,0% frente aos R\$20,48 centavos de 2017. Como também, crescimento do RASK Líquido para R\$23,75 centavos em 2018, aumento de 7,3% na comparação com igual período de 2017. Em 2018, 85,3% de nossa receita líquida estava denominada em Reais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Preço de combustível

O preço do querosene de aviação varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com variações no preço do petróleo cru e de seus derivados, além da variação cambial, tendo em vista que esses desembolsos são precificados em moeda americana.

Em 31 de dezembro de 2020, os gastos com combustível no ano representaram 27,9% dos custos, com um preço por litro médio do querosene de aviação (QAV) atingindo R\$2,55, queda de 8,6% na comparação com o ano anterior. Nesse período, o custo com combustível apresentou diminuição de R\$2.021,6 milhões, frente a 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, os gastos com combustível no ano representaram 34,5% dos custos, com um preço por litro médio do querosene de aviação (QAV) atingindo R\$2,79, queda de 4,1% na comparação com o ano anterior. Nesse período, o custo com combustível apresentou aumento de R\$179,7 milhões, frente a 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, os gastos com combustível no ano representaram 38,6% dos custos, com um preço por litro médio do querosene de aviação (QAV) atingindo R\$2,91, aumento de 35,2% na comparação com o ano anterior. Nesse período, o custo com combustível apresentou aumento de R\$979,9 milhões, frente a 2017. A variação nos custos com combustível ocorreu devido ao maior preço médio por litro de combustível na comparação anual e pela apreciação da cotação média do dólar americano frente o Real de 14,5%.

Tarifas

Temos a permissão de estabelecer nossas próprias tarifas domésticas sem aprovação prévia do governo e de oferecer descontos em seus preços ou seguir outras atividades promocionais. Em 2020, o *yield*, principal indicador de tarifas utilizado pelo setor, que representa o valor médio pago para voar um quilômetro, apresentou uma redução de 8% frente ao ano de 2019. Em 2019, o *yield*, principal indicador de tarifas utilizado pelo setor, que representa o valor médio pago para voar um quilômetro, apresentou um aumento de 12,9% frente ao ano de 2018. Em 2018, o *yield*, apresentou um aumento de 7,7% frente ao ano de 2017.

Taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o nosso fluxo de caixa estão expostos. A exposição dos nossos itens patrimoniais ao risco de moeda estrangeira decorre principalmente de arrendamentos e financiamentos em moeda estrangeira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cerca de 36,5% dos nossos custos operacionais (combustível, manutenção e revisão de aeronaves, seguro de aeronaves e serviços internacionais) e cerca de 95,0% de nossos empréstimos e financiamentos estavam denominados em moeda estrangeira sujeita a variação cambial. O resultado operacional sofreu um impacto negativo no que tange variação cambial por conta da apreciação do dólar americano ante o Real de 28,9%. Já o resultado de variação cambial líquida no resultado financeiro registrou R\$3.056,2 milhões negativos, frente aos R\$385,1 milhões negativos em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cerca de 40,9% dos nossos custos operacionais (combustível, manutenção e revisão de aeronaves, seguro de aeronaves e serviços internacionais) e cerca de 93,1% de nossos empréstimos e financiamentos estavam denominados em moeda estrangeira sujeita a variação cambial. O resultado operacional sofreu um impacto negativo no que tange variação cambial por conta da apreciação do dólar americano ante o Real de 4,0%. Já o resultado de variação cambial líquida no resultado financeiro registrou R\$385,1 milhões negativos, frente aos R\$1.081,2 milhões negativos em 2018.

Em 2018, cerca de 55,8% dos nossos custos operacionais (combustível, arrendamento de aeronaves, manutenção e revisão de aeronaves e seguro de aeronaves) e cerca de 87,8% do nosso endividamento estavam denominados em moeda estrangeira sujeita a variação cambial. O resultado operacional sofreu um impacto negativo no que tange variação cambial por conta da apreciação do dólar americano ante o Real de 17,1%. Já o resultado financeiro líquido registrou R\$1,882,6 milhões negativos, frente aos R\$918,8 milhões negativos em 2017. Em 2017, a GOL contabilizou perdas com variação cambial de R\$81,7 milhões, assim como em 2018 foram contabilizadas perdas com variação cambial de R\$1.081,2 milhões.

Taxa de juros

O nosso resultado está exposto às flutuações nas taxas de juros domésticas e internacionais, substancialmente ao CDI e Libor, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras****a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Comentários Dos Diretores Sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Na elaboração das nossas demonstrações financeiras, adotamos todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Conforme permitido pela SEC e CVM e visando atender às necessidades de informações dos mercados em que operamos, apresentamos nossas demonstrações financeiras no padrão contábil internacional emitido pelo “International Accounting Standards Board – IASB” em IFRS, bem como nos termos da Legislação Societária Brasileira, simultaneamente, através da instrução CVM 457/07 alterada pela instrução CVM 485/10.

b. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos Como Circulante ou não Circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia se tais alterações terão impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

c. Efeitos significativos das alterações de práticas contábeis

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis e nem impactos materiais no exercício social de 2020.

Com relação a exercícios anteriores, destaca-se a adoção ao CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, em 1º de janeiro de 2019, que promoveu impactos relevantes em nossas demonstrações financeiras, devidamente apresentados na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

CPC 06 (R2) - “Operações de Arrendamento Mercantil”, equivalente ao IFRS 16

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou inferior.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16, não reapresentou informações e saldos em base comparativa. Visto a adoção pelo método retrospectivo modificado, a Companhia optou por adotar os seguintes expedientes práticos e isenções de transição da norma, os quais estão abaixo detalhados:

- a Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, considerando extensões e renegociações ocorridas ao longo do contrato; e
- a Companhia aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características similares, considerando os prazos remanescentes dos contratos e a garantia proporcionada pelos ativos.

Na determinação da taxa de desconto a Companhia utilizou como base primordial aquelas contratadas nas operações de captações recentes no mercado europeu e norte-americano, exceto pelos bônus perpétuos e *exchangeable senior notes*, dessa forma concluímos que os efeitos inflacionários embutidos são baixíssimos acrescidos ao fato que 99,3% das obrigações de arrendamentos da Companhia são determinadas em US\$.

A Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção desta norma considerando as premissas acima descritas, o que resultou na contabilização inicial de 120 contratos de arrendamento de bens aeronáuticos e 14 contratos de arrendamento de bens não aeronáuticos como direito de uso, os efeitos da adoção inicial está demonstrado na tabela a seguir:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (c)
Arrendamento Operacional (a)	-	(219.728)	219.728
Direito de Uso - Contratos Aeronáuticos	2.892.836	5.540.621	(2.647.785)
Direito de Uso - Contratos Não Aeronáuticos	41.420	49.975	(8.555)
Constituição de Imposto Diferido – Smiles (b)	-	-	278
Total	2.934.256	5.370.868	(2.436.334)

(a) Refere-se a parcelas de arrendamento operacional que tiveram seus prazos de vencimento renegociados durante o exercício de 2016.

(b) Efeito de impostos sobre a renda diferidos proveniente da adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 registrado na controlada Smiles.

(c) Diferença entre ativo e passivo em função da adoção da Norma pelo método retrospectivo simplificado e taxa de conversão de USD para BRL para os contratos de aeronaves e motores (ativo pelo câmbio histórico e passivo pelo câmbio na data da adoção).

Os impactos relacionados ao registro dos tributos diferidos para o ajuste de adoção do CPC 06 (R2), em 1º de janeiro de 2019, não refletiu os efeitos tributários correspondentes na GLA, visto que não apresenta histórico de lucros tributáveis, e atualmente, constitui crédito tributário ativo

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

limitado ao montante de crédito tributário passivo, em consonância com o item nº35 do CPC 32 – “Tributos sobre o Lucro”.

Ainda em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) equivalente ao IFRS 16, a Companhia promoveu algumas reclassificações no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparabilidade, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018		
	Conforme Divulgado	Reclassificação	Reclassificado
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	1.223.324	(120.118)	1.103.206
Arrendamentos a Pagar	-	255.917	255.917
Arrendamentos Operacionais	135.799	(135.799)	-
Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	5.861.143	(520.542)	5.340.601
Arrendamentos a Pagar	-	656.228	656.228
Arrendamentos Operacionais	135.686	(135.686)	-

d. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não foi incluída modificação no Relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2020.

Considerando o capital circulante líquido negativo e as incertezas decorrentes do cenário provocado pela pandemia do Covid-19, há uma ênfase relacionada a continuidade operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas Contábeis Críticas

Principais Políticas Contábeis

Buscamos manter um procedimento de revisão de nossas políticas contábeis e de avaliação da adequação das estimativas necessárias para a produção de nossas demonstrações financeiras consolidadas. Acreditamos que nossas estimativas e julgamentos são razoáveis, no entanto, os resultados efetivos e o tempo de reconhecimento de tais montantes podem diferir das nossas estimativas. Além disso, estimativas normalmente necessitam de ajustes baseados em novas circunstâncias e o recebimento de novas ou melhores informações. Algumas práticas contábeis requerem a utilização de estimativas que refletem julgamentos e incertezas relevantes, levando em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Para uma discussão desta e de outras políticas contábeis, consulte a Nota Explicativa 4 às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia requer, muitas vezes, que a Administração adote premissas, julgamentos e estimativas que podem afetar a aplicação de políticas e montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas realizadas, uma vez que abrangem experiências históricas e diversos fatores que se supõem adequados em função das circunstâncias. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no mesmo exercício em que as premissas são revistas em uma base prospectiva.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo:

Recuperabilidade de ativos financeiros: a Companhia avalia se existe algum indicador para perda do valor recuperável de todos seus ativos financeiros a cada data de balanço, ou quando existirem indícios de que os valores contábeis possam não ser recuperados. Quaisquer dificuldades e/ou restrições para a utilização de ativos financeiros pertencentes à Companhia são indicativos para o teste de recuperabilidade.

Recuperabilidade de ativos não financeiros: ao fim de cada exercício, a Companhia analisa se há indicativos de não recuperabilidade para os ativos não financeiros, principalmente imobilizados e intangíveis. Os valores recuperáveis são determinados pelo cálculo de seu valor em uso com base em um período de cinco anos, utilizando premissas de fluxo de caixa descontado. Quaisquer reconsiderações abaixo no valor contábil do ativo devem ser reconhecidas como perda por não recuperabilidade e reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram.

Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes rotáveis (peças de reposição), são registrados pelo custo de aquisição e/ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº16 de nossas demonstrações financeiras.

Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

I. Adiantamentos para aquisição de aeronaves

Referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

II. Contratos de arrendamento

Desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a registrar os contratos de arrendamento de acordo com a norma vigente, o CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", equivalente ao IFRS 16, que difere significativamente da prática contábil adotada anteriormente.

O CPC 06 (R2) estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exigiu que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A Companhia aplica as isenções de reconhecimento para os arrendatários, previstas na norma, para arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou inferior.

Na data de início de um arrendamento, a Companhia, enquanto arrendatária, reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

III. Ativo de Direito de Uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

O custo de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na devolução do ativo subjacente, restaurando o ativo subjacente à condição

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

requerida pelos termos e condições do arrendamento. A Companhia incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante a vigência do contrato.

IV. Passivos de Arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescindir a arrendamento por parte da Companhia.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o decurso do tempo e, consequentemente, o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reavalia o passivo do arrendamento sempre que ocorrem determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

V. Transações de venda e retro arrendamento – *Sale and leaseback*

A determinação do reconhecimento do resultado de transações de sale-leaseback utiliza como referência o valor justo do bem negociado. A fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante, considerando as condições do bem.

Uma vez definido o valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda).

O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor presente dos pagamentos do arrendamento ajustado pelos pagamentos antecipados ou financiamentos adicionais.

VI. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves e APU's (*Auxiliary Power Unit*)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

manutenção ou a devolução do bem, o que ocorrer antes. Gastos incorridos que não prolongam a vida útil dos ativos são reconhecidos diretamente no resultado.

Depósitos

I. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperabilidade desses depósitos com base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Dessa forma, os valores enquadrados nesta categoria, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício na rubrica de “Material de manutenção e reparo”, considerando as análises regulares de recuperabilidade ou no momento da devolução do bem.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados. Até 31 de dezembro de 2020, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

II. Depósitos para garantia e cauções de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

Reconhecimento de Receita

III. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de breakage.

A receita de breakage consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não utilizá-los. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando as obrigações de desempenho serão atendidas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

IV. Adoção de *hedge accounting* para proteção de receitas de passageiros e serviços auxiliares futuros

No curso regular de suas operações a Companhia realiza vendas recorrentes em dólares norte-americanos ("US\$") principalmente em decorrência das rotas internacionais na América do Sul, Central e do Norte. Dessa forma a partir de 1º de agosto de 2019 a Administração adotou o *hedge accounting*, modalidade fluxo de caixa, como forma a reduzir a volatilidade dessas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), consideradas altamente prováveis, conforme previsto e expresso no parágrafo 6.3.1 do CPC 48, utilizando como instrumentos de *hedge* contratos de arrendamento registrados como dívida em decorrência da adoção do CPC 06 (R2).

Com a adoção do *hedge accounting*, os ganhos e perdas cambiais oriundos dos contratos de arrendamento (instrumento de *hedge*) serão acumulados em conta do patrimônio líquido, "Ajuste de avaliação patrimonial", sendo apropriados ao resultado da Companhia no momento da realização das receitas oriundas de vendas em US\$.

O *hedge accounting* deriva do *hedge* natural das operações da Companhia, retratada pelo fluxo de caixa (receitas e amortizações de dívida em US\$) e não representa aumento de custos financeiros, possibilitando a eliminação parcial da volatilidade cambial dos resultados da Companhia. A posição final do patrimônio líquido não é afetada pela adoção desta prática contábil. Os elementos do *hedge accounting* são: (1) objeto de *hedge*: receita altamente provável de vendas em US\$; (2) instrumento de *hedge*: contratos de arrendamento atrelados ao US\$; (3) montante designado: 60 meses de receitas consideradas altamente prováveis com base no intervalo de 80 a 85% de receitas auferidas historicamente, perfazendo um notional no momento da adoção inicial no montante de US\$903,102; (4) natureza do risco coberto: variação cambial; (5) especificação do risco coberto: câmbio spot USD/BRL; (6) tipo de relação de *hedge*: fluxo de caixa.

V. Receita de Milhas

O Programa Smiles tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação.

O reconhecimento da receita no resultado do exercício ocorre no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles para a troca de prêmios com seus parceiros. Sob a perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do Programa Smiles por passagens aéreas apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados.

A controlada Smiles atua como agente e cumpre com a sua obrigação de desempenho no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles na troca de prêmios com seus parceiros, sendo este o momento em que ocorre o reconhecimento da receita no resultado. Dessa forma, a receita bruta é apresentada líquida de seus respectivos custos variáveis diretos associados à disponibilização dos bens e serviços aos participantes.

Em decorrência de suas características o programa de milhas também propicia a possibilidade de se reconhecer uma receita de *breakage*, que por sua vez, é determinada com base em cálculo de milhas que apresentam alto potencial de expiração devido a não utilização das mesmas pelos participantes do Programa Smiles. O cálculo é aplicado sobre as milhas emitidas no período, dando origem à receita de *breakage*.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu padrão histórico do resgate de milhas. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita de breakage, cálculo estatístico revisado anualmente.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

Provisão para devolução de aeronaves: Os contratos de arrendamento de aeronaves regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, checks de devolução, pintura, entre outro, conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente no ativo imobilizado e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é registrada na rubrica de "Provisões". Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

Provisão para devolução de motores: São estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor. A Companhia estima a provisão para devolução do motor de acordo com o gasto que deverá incorrer, e, quando o valor pode ser confiavelmente estimado. O valor de uma provisão será o valor presente dos gastos que se espera ser exigido para liquidar a obrigação mínima. O prazo será baseado na data que se espera a devolução do motor arrendado, ou seja, o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil, cujas avaliações de probabilidades de perdas incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Remuneração baseada em ações

I. Opções de compra de ações

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações. A Companhia reconhece como despesa, em base linear, o valor justo das opções ou ações, calculadas pelo método de Black-Scholes, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido. A despesa acumulada reconhecida reflete o período aquisitivo e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado.

O efeito das opções em aberto é refletido como diluição adicional no cálculo do lucro por ação diluído.

Os planos têm sido realizados com a entrega de ações.

II. Ações restritas

A Companhia também pode oferecer a seus executivos um plano de transferência de ações restritas que se realiza ao término de 3 ou 4 anos da data de concessão, conforme definido no plano de cada programa, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá preferencialmente através de ações mantidas em tesouraria. O impacto de eventual revisão das quantidades de ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

Os planos têm sido realizados com a entrega de ações.

Impostos Diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Informações por Segmento de Negócio

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente tipos de negócios sendo: transporte aéreo e programa de milhagem.

I. Segmento de transporte aéreo

As operações deste segmento têm origem principalmente na controlada GLA, pela prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros e os principais ativos geradores de receitas são suas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, e serviços correlacionados como de despacho de bagagem, multas por remarcação e cancelamento de bilhetes, etc.

II. Segmento de programa de fidelidade

As operações deste segmento são representadas pelas transações de venda de milhas a parceiros aéreos e não aéreos. Neste contexto, estão o gerenciamento do programa, a comercialização e direitos de resgates de produtos e serviços e a criação e gerenciamento de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas. O principal ativo gerador de caixa é sua carteira de participantes do programa.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variação cambial, líquida” na demonstração de resultado do exercício.

As taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

	Taxa Final			Taxa Média		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Dólar Americano	5,1967	4,0307	3,8748	5,1425	4,1102	3,8748
Peso Argentino	0,0617	0,0673	0,1028	0,0622	0,0686	0,1028

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Descrição pelos diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia****a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui 95 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$23.269,1 milhões (correspondendo a US\$4.447,6 milhões na data do balanço) e estão segregados conforme os exercícios abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	-	1.791.661
2021	-	7.113.774	5.046.966
2022	-	8.200.455	7.883.277
2023	3.353.702	9.118.866	8.766.165
2024 em diante	19.915.496	41.346.788	39.747.570
Total de compromissos assumidos	23.269.198	65.779.883	63.235.639

Ao final de 31 de dezembro de 2020, dos compromissos mencionados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$8.315,7 milhões (correspondendo a US\$1.600,2 milhões na data do balanço) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme os exercícios abaixo:

	2020	2019	2018
2019	-	-	283.579
2020	-	1.169.967	816.766
2021	184.951	1.152.456	1.072.048
2022	1.287.077	1.300.668	1.250.361
2023	2.657.000	1.366.345	1.313.497
2024 em diante	4.186.740	4.255.621	4.091.021
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	8.315.768	9.245.057	8.827.272

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Item não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**

Possuímos 95 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$23.269,1 milhões (correspondendo a US\$4.447,6 milhões na data do balanço). Possuímos compromissos no montante de R\$8.315,7 milhões (correspondendo a US\$1.600,2 milhões na data do balanço) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossos planos de crescimento contemplam operar 144 aeronaves até o final de 2025, alinhado a estratégia de gerenciamento e flexibilidade da oferta no mercado doméstico.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui 95 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$23.269,1 milhões (correspondendo a US\$4.447,6 milhões na data do balanço). Em 31 de dezembro de 2020, o total de compromissos de compra de aeronaves representava o montante de R\$8.315,7 milhões (correspondendo a US\$1.600,2 milhões na data do balanço).

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Nossa estratégia é depender principalmente de fluxos de caixa das operações para obter capital de giro para as operações correntes e futuras. Nossos fluxos de caixa operacionais são afetados pela exigência de alguns contratos de arrendamento operacional de aeronaves, que estabelecem contas de reserva de depósito de manutenção para nossa aeronave, com fundos em níveis específicos. Os fundos serão retirados das contas de reserva de manutenção para o reembolso de certos gastos de manutenção estrutural incorridos. Acreditamos que os valores já depositados, e a serem depositados, adicionados de nossos próprios recursos de caixa, sejam suficientes para cobrir nossos custos futuros com aeronaves e manutenção, pela duração dos respectivos arrendamentos operacionais.

Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nossos investimentos, os quais são garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não tivemos desinvestimentos relevantes durante os exercícios de 2020, 2019 e 2018.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há outros planos de aquisição, além daqueles acima mencionados referente ao plano de frota.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Rotas e Horários

Realizamos um trabalho de otimização de nossas rotas domésticas, e estudamos oportunidades de crescimento em termos do número de voos e destinos internacionais, em especial na América Latina, em acompanhamento à demanda de mercado.

Nosso modelo operacional constitui em uma malha altamente integrada com múltiplas escalas, que é diferente do modelo "ponto-a-ponto" utilizado por outras companhias aéreas de baixo custo internacionalmente. O alto nível de integração de voos em determinados aeroportos nos permite oferecer voos frequentes, sem escalas e com tarifas competitivas entre os principais centros econômicos do Brasil, além de amplas conexões ao longo de nossa rede, ligando pares de cidades por meio de uma combinação de dois ou mais voos com pouco tempo de escala ou conexão. Adicionalmente, nossa rede

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

nos permite aumentar nossas taxas de ocupação em nossas rotas de pares de cidades principais, através da utilização de aeroportos nestas cidades para permitir que nossos passageiros façam as conexões necessárias para alcançar seus destinos finais. Esta estratégia aumenta nossa taxa de ocupação, atraindo passageiros viajando para destinos secundários, os quais preferem pagar tarifas menores mesmo que isso signifique fazer uma ou mais escalas antes de chegar ao seu destino final.

Fazemos isso oferecendo voos com baixa tarifa em horários noturnos, com permanência mínima, ou durante a madrugada, para destinos de menor tráfego, que podem ser as primeiras ou últimas escalas em nossas rotas, permitindo o aumento da utilização de nossas aeronaves e a geração de receita adicional. Com a oferta de voos internacionais para destinos na América do Sul, Caribe e Estados Unidos, com escalas integradas em nossa rede, criamos oportunidades de tráfego incremental, alimentando nossa rede e aumentando nossa taxa de ocupação geral e nossas vantagens competitivas e sustentando nossa estratégia de expandir nossa rede e estimulando a demanda pelos nossos serviços.

A Companhia oferece, em condições normais, cerca de 750 voos diários para 69 destinos, sendo 15 internacionais na América do Sul, Caribe e Estados Unidos.

Receitas Auxiliares

Estamos constantemente avaliando oportunidades para gerar receitas auxiliares adicionais, tais como venda de seguro de viagem, atividades realizadas pelo departamento de marketing da Companhia e outros serviços que possam nos ajudar a tirar melhor proveito do grande número de passageiros em nossos voos e do grande volume de clientes que usam nosso site de Internet. Acreditamos que a integração dos produtos relacionados a viagens a nossa plataforma de e-commerce seja essencial para aumentar mais rapidamente nossas receitas auxiliares. Planejamos oferecer aos nossos clientes conforto e conveniência melhorando nossa plataforma atual de e-commerce e tornando-a um portal totalmente integrado, que fornece uma grande variedade de produtos integrados relacionados a viagens cobrados em uma única fatura.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Outros Fatores Com Influência Relevante

Não há outros itens não evidenciados nessa seção que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional.